

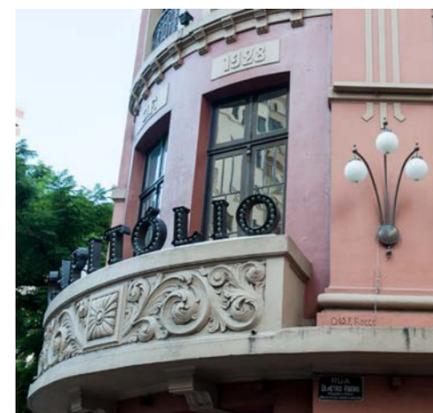
Risco maior



Cela da ala de Internação sem Possibilidade de Atividade Externa da FASE-RS, situada na Avenida Padre Cacique, na capital

Maioridade penal Cinco especialistas criticam os argumentos em defesa da aprovação da PEC 171/93, em tramitação no Congresso Nacional, que propõe reduzir de 18 para 16 anos a idade de imputabilidade penal. Segundo eles, é irresponsável prometer à sociedade uma diminuição da violência, pois o que poderá ocorrer é justamente o contrário.

CadernoJU



CINEMATECA

Investimento na memória do cinema

A reabertura do Capitólio remete aos cinemas de calçada, tradicionais lugares de socialização dos bairros. Inaugurado em março, o espaço não se limita à exibição de filmes, oferecendo biblioteca, sala de exposições, local para cursos e oficinas, além de um acervo de filmes, fotografias, livros, roteiros e outros materiais ligados à história do cinema gaúcho. **P13**

MEDICINA

Em debate o exercício social obrigatório

Tramita no Senado um Projeto de Lei que prevê o cumprimento compulsório de dois anos de exercício social da profissão por parte dos graduados em Medicina cuja formação tenha sido custeada com recursos públicos. A ideia é levar atendimento em saúde a municípios com menos de 30 mil habitantes. **P8**

BRESSER-PEREIRA

“Querem ocupar o mercado brasileiro como têm feito nos demais países”

P9

POLÍTICA NACIONAL

O Brasil na visão dos alunos estrangeiros



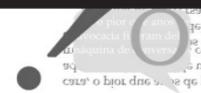
P7

Idéias

A ciência traz conhecimento, mas nem sempre alívio **P4**

Protestos

Motivos para o crescimento do conservadorismo **P5**



Espaço da
Reitoria

Vladimir Pinheiro do Nascimento,
Pró-reitor de Pós-graduação

Excelência a serviço da sociedade

Nas últimas décadas, o ensino de pós-graduação na UFRGS tem sido fator importante de ascensão da nossa Universidade nas avaliações nacionais e internacionais, sendo que, nos últimos três anos, tivemos a satisfação de atingir o primeiro lugar no país, conforme o IGC/INEP do Ministério da Educação. Os elevados conceitos obtidos pelos programas nos colocam em posição de destaque em comparação com outras instituições federais de ensino superior, ocupando o segundo lugar nacional na avaliação média dos mestrados e doutorados acadêmicos, de acordo com a Capes (2013). Possuímos cursos de nível 6 e/ou 7, considerados de excelência internacional, em todas as grandes áreas do conhecimento.

Paralelamente, nossa média geral de conceitos vem subindo continuamente nas últimas cinco avaliações trienais da Capes, enquanto nosso número

total de alunos de pós-graduação (lato sensu e stricto sensu) cresceu cerca de 400% desde o ano 2000, retratando uma salutar e desejada aliança entre a expansão e a qualificação. Já no que tange aos destaques obtidos nos Prêmios Capes de Tese, temos igualmente ocupado posição de proa, tanto na quantidade total de submissões quanto na comparação proporcional do número de premiações em relação aos trabalhos submetidos. Tudo isso é fruto do esforço dos corpos docente, discente e técnico-administrativo, que trabalham sintonizados na busca permanente de uma superlativa formação de recursos humanos altamente qualificados.

Assim sendo, visando reconhecer a qualidade das teses aqui produzidas, neste ano de 2015 lançamos a segunda edição do Prêmio UFRGS de Tese, que pretende escolher, dentre as melhores teses defendidas durante o ano passado,

aquelas que, em cada uma das nove grandes áreas do conhecimento, merecerão destaque por sua especial qualificação. Nesta edição, teremos ainda mais uma novidade: a criação de uma décima categoria, denominada “Impacto Social”, na qual poderão ser inscritos trabalhos de qualquer uma das nove outras áreas que tenham abordado temática de especial interesse e/ou que tenham gerado, por meio de seus resultados e conclusões, um impacto social diferenciado. Desse modo, a UFRGS busca distinguir a sua tradicional excelência acadêmica, ao reconhecer a pesquisa especialmente relevante realizada em prol da sociedade, fazendo com que esta possa se beneficiar diretamente do investimento por ela realizado na universidade pública, por meio do estado da arte produzido em nossos programas de pós-graduação.

UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,
Porto Alegre - RS | CEP 90046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
Ricardo Schneiders da Silva

JORNAL DA UNIVERSIDADE

Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
Email: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial
Ánia Chala, Cassiano Kuchembecke Rosing, Cida Golin, Luiz Carlos Pinto, Michéle Oberson, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer, Temístocles Cezar

Editora Ánia Chala

Subeditora Jacira Cabral da Silveira

Repórteres Ánia Chala, Everton Cardoso, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein

Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Caderno JU)

Diagramação Kleiton Semensatto da Costa

Fotografia Flávio Dutra (Editor)

Revisão Antônio Palm Falcetta

Bolistas (Jornalismo)
Antônio Assis Brasil, Iami Gerbase, Igor Porto, Jéssica Menzel e João Pedro Teixeira

Circulação Cristiane Lipp Heidrich e Juliana Gonçalves Mota

Fotolitos e impressão Gráfica da UFRGS

Tiragem 14 mil exemplares

jornaldauniversidade

UFRGS  **portas abertas 2015**



www.ufrgs.br/portasabertas

16 de maio
em todos os campi da UFRGS

Artigo

Os desafios ambientais do dia a dia da Universidade

Ao longo de seus 80 anos, a UFRGS tem ocupado um espaço de pioneirismo na sociedade gaúcha em diversos aspectos da ciência, da tecnologia, da inovação e até mesmo do comportamento. Na década de 70 do século XX, quando o termo ‘meio ambiente’ ainda não era palavra comum entre os brasileiros e nem mesmo existia a tal “sustentabilidade”, alunos, técnicos e docentes desta casa se destacavam nas brigas, chamadas então de ecológicas em Porto Alegre e no estado, mobilizando-se, por exemplo, pela manutenção das árvores junto ao viaduto Dona Leopoldina, na Av. João Pessoa, contra o cheiro ruim da fábrica de celulose do outro lado do Guaíba ou o uso desenfreado de agrotóxicos nas lavouras. Atualmente, os desafios são outros e a nossa Universidade continua “inventando moda” nessa área.

O Departamento de Meio Ambiente e Licenciamento (DMALIC), ligado à Superintendência de Infraestrutura (Suinfra), criado em 2012, é hoje responsável por diversas iniciativas ligadas ao tema na Universidade, tais como a obtenção das li-

cenças ambientais de Operação do Câmpus do Vale (2014) e de instalação de todas as novas obras desde 2010, a regulamentação e regularização dos projetos de pesquisa que acessam o patrimônio genético junto ao Ibama – em parceria com a Pró-reitoria de Pesquisa –, o licenciamento dos laboratórios que utilizam materiais radioativos, dentre outros. Também cabem ao setor a gestão e o planejamento das atividades ambientais rotineiras, que incluem a gerência dos contratos de resíduos biológicos, da coleta seletiva, dos resíduos perigosos, como as lâmpadas fluorescentes, do descarte de equipamentos contaminados e do manejo de vegetação, abrangendo podas, retiradas, plantios, etc.

Buscamos ainda inovar em processos e projetos, como os casos do prédio da Prefeitura do Câmpus da Saúde, que conta com telhado verde e um sistema inovador de retenção da água da chuva, e do novo RU06, que realiza coleta de 100% da água da chuva, a qual será destinada à limpeza da área externa e à implantação de um projeto de horta urbana coletiva, buscando

aproximar a equipe do novo restaurante dos usuários e fomentar a ideia de que somos todos capazes e responsáveis pela produção de um alimento mais justo, mais limpo.

Comprometida com a manutenção da qualidade ambiental e considerando que a UFRGS é uma das apoiadoras do projeto Arroio Dilúvio Limpo, a Universidade vem investindo em programas e obras a fim de interligar a totalidade dos esgotos do Câmpus do Vale ao Coletor do DMAE junto à Avenida Bento Gonçalves, sendo que parte da construção se encontra em execução. É o tipo de obra que não aparece, não é inaugurada, mas vai trazer um excelente benefício a todo o ecossistema da bacia do Arroio Dilúvio.

Acreditamos que é papel da Universidade atuar de modo efetivo para a melhoria da qualidade do atendimento à comunidade, implantando alternativas de mobilidade. Para isso, estamos trabalhando em várias frentes: o projeto de um ônibus intercâmpus, que, ao ser implantado, poderá facilitar a vida dos estudantes que têm aulas

em mais de um câmpus; o oferecimento de alternativas de consumo, como a troca dos copos descartáveis dos RUs por canecas ou copos permanentes; a implantação da logística reversa para alguns itens adquiridos, fazendo a devolução do resíduo direto ao fornecedor (lâmpadas, reatores e outros materiais elétricos); e a criação de ciclovias dentro das áreas internas, sendo que a primeira já está em obras na área da Faculdade de Veterinária.

Ao longo deste ano, também estaremos focados em tratar da racionalização do uso de recursos, como água e energia elétrica, no âmbito da Universidade. Em parceria com o Grupo Caixola, da Fabico, iremos desenvolver campanhas institucionais para reduzir o consumo e combater o desperdício desses recursos. Muito em breve a comunidade poderá enxergar as peças dessa campanha por toda a Universidade.

Andrea P. Loguercio
Engenheira-agrônoma e diretora do Departamento de Meio Ambiente e Licenciamento da UFRGS



FLÁVIO DUTRA/JU



Vitor Rigotti, estudante do 5.º semestre de Biologia, experimentou a comida do RU6



Em sintonia com

Santiago: um desenhista crítico

Ele nasceu Neltair Abreu, mas enquanto cursava Arquitetura na UFRGS, na década de 1970, ganhou o apelido pelo qual é conhecido até hoje: Santiago. O desenhista de humor, que foi o sabatinado da vez em nosso programa *Em Sintonia Com*, contou que rabiscava desde os três anos de idade (com a escassez de papel, na época, usava até mesmo as folhas de um calendário velho). Foi durante a faculdade, no entanto, que ele percebeu que a sua vocação era mesmo ser desenhista: participou de (e venceu) um concurso de charges, em São Paulo, com um desenho realizado para um jornal estudantil. Segundo ele, foi aí que pensou: “Acho que meu negócio mesmo é o desenho”. Nessa ocasião, conheceu os responsáveis pela publicação rebelde *O Pasquim*, para a qual viria a contribuir diretamente de Porto Alegre. Santiago conta que nos anos de chumbo trabalhou durante muito tempo no jornal *Folha da Tarde*. E todos os desenhos que eram barrados por seu editor, com a desculpa de serem *impúblicáveis*, iam direto para *O Pasquim* – e lá “faziam sucesso”.

Em tempos tão turbulentos, não poderíamos deixar de perguntar a Santiago sobre a sua visão do crime envolvendo o semanário francês *Charlie Hebdo*. A morte de 12 pessoas ligadas ao jornal satírico despertou discussões sobre os limites do humor. De acordo com o desenhista, que disse em alto e bom tom “Je suis Charlie” durante a entrevista, o acontecimento “foi uma estupidez sem nenhum tipo de ‘mas...’”. Para ele, “o humor é anarquista, é de esquerda, é oposição”. E completa: “Não tem como tu fazer piada elogiando o rei. A piada vai ser sempre criticando o rei”. Pois é exatamente assim que o Charlie Hebdo atua: criticando e debochando de todo e qualquer tipo de poder. Para concluir, o desenhista arrematou: “A gente só dessacraliza as coisas rindo delas”.

Gabriella Scott, jornalista

Assista ao programa
O programa *Em Sintonia Com* sobre o desenhista Santiago vai ao ar no dia 30 de maio, na UNITV, canal 15 da NET POA, às 18h e às 23h

Menu vegetariano tá bombando

RU6

Novo restaurante universitário do Vale agrada frequentadores

Ainda que não esteja servindo janta, o RU6, no Bloco 4 do Câmpus do Vale, tem conquistado seus mais de dois mil frequentadores diários pelas novidades que apresenta no almoço: a substituição das bandejas pelos pratos e a aprovadíssima opção vegetariana de cardápio.

“Tá bombando”, comenta uma das duas nutricionistas responsáveis pelo menu, Lara Araripe. Segundo ela, inicialmente o planejado era servir de 200 a 300 almoços vegetarianos por dia, mas, antes de ter completado um mês de funcionamento, esse número já havia pulado para cerca de 600 refeições diárias. Outro

aspecto importante relacionado à recente opção é o fato de o cardápio vegetariano sair mais barato para as finanças da Universidade.

Diariamente, às seis horas da manhã, um dos quase 50 funcionários do RU já está a postos para receber as entregas dos hortifrutigranjeiros e dos ovos. A entrega só é antecipada quando há a necessidade de pré-preparo de pratos: como ‘batata-doce dourada’ e hambúrguer de arroz com espinafre, exemplifica Lara: “Os legumes devem chegar no dia anterior, para dar tempo à produção do menu específico”.

As carnes também chegam na véspera a fim de garantir uma dinâmica mais tranquila e eficiente de trabalho, pois são produtos resfriados que precisam um tempo de repouso antes do preparo. Tudo é devidamente armazenado em duas câmaras frigoríficas reguladas conforme a natureza dos alimentos.

Quem está acostumado a comer nos demais restaurantes da UFRGS

talvez sinta a falta do barulho das bandejas sendo empilhadas quando levadas à cozinha, som característico nesses ambientes. O uso dos pratos, entretanto, mudou a ambientação sonora no RU6. Lara confessa ter ficado surpresa com as escassas ocorrências de pratos quebrados, seja durante o manuseio pelos frequentadores, seja na hora da higiene pelos funcionários da cozinha. Ela destaca outro fator positivo decorrente da troca: ao contrário dos demais refeitórios, que diariamente recolhem de três a quatro galões de restos de comida, no R6 esse número cai para apenas um galão por dia.

Guilherme está no primeiro semestre de licenciatura em Química e, pela primeira vez, almoçou no local a convite dos colegas. Como veio transferido do curso de Engenharia, já frequentou outros restaurantes e ficou bem impressionado: “Em comparação aos outros, esse é muito melhor, tanto pela limpeza quanto

pela comida que parece ser melhor também”.

Há pouco mais de um ano, Rafael está cursando o mestrado em Ecologia. Assim como Guilherme, ele destaca o “padrão elevado” das instalações. Ele e as colegas de mesa, Graziela e Ana Clara, aprovaram tanto a qualidade da comida, com destaque especial para a opção vegetariana, como também a localização do restaurante: “Facilitou, porque agora não precisamos descer. Era ruim subir a escadaria depois do almoço, com o estômago cheio, geralmente com sol na cabeça”. Graziela também elogia o ambiente e a vista: “São mais agradáveis”.

A única objeção da aluna, já encaminhada ao setor de engenharia da administração da Universidade, é quanto ao fluxo de entrada e à devolução dos pratos e talheres por parte dos usuários. “A passagem ficou um pouco truncada. É que a entrada e a entrega dos pratos acontecem no mesmo ambiente”, observa.

Congresso

Foco na adolescência

De 11 a 13 de junho, Porto Alegre irá sediar o IX Congresso Latino-americano Interdisciplinar do Adolescente (CLIOA), evento que tem como tema “Adolescentes e Jovens: múltiplas realidades, múltiplos olhares”. O encontro, que deverá receber mais de 700 estudantes e profissionais de toda a América Latina no Centro de Eventos do Hotel Plaza São Rafael, é presidido pelo professor Dante Barone, do Instituto de Informática da Universidade.

Segundo ele, “se pretende discutir as temáticas ligadas aos jovens e adolescentes com aportes interdisciplinares, verificando quais os maiores problemas e apontando caminhos”. Dante acrescenta que estão confirmadas as presenças de membros do Parlamento, bem como da Comissão de Educação do Senado, e que algumas das questões levantadas poderão ser encaminhadas aos parlamentares. “Tivemos o cuidado de incluir questões atuais, como o debate sobre a redução da maioria penal, para que a UFRGS ofereça uma

contribuição efetiva e aprofundada sobre tudo o que é do interesse dos jovens e adolescentes.”

A mesa-redonda que abre as atividades, intitulada *Quem é o adolescente hoje? Adolescências plurais nas sociedades latino-americanas*, terá mediação da professora Maria Del Carmen Lopez Jordi, da Faculdade de Odontologia da Universidad de la República (UDELAR), Montevideo, Uruguai. Entre os participantes confirmados, José Carlos Sturza de Moraes, conselheiro dos Conselhos Estadual (RS) e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). A programação abrange mesas-redondas, conferências, apresentações orais e de pôsteres e sessões culturais. Organizado a cada dois anos, o CLIOA teve sua primeira edição em 1999 em Buenos Aires. Realizado pela primeira vez no Brasil, o evento é promovido pela UFRGS e conta com o patrocínio do CNPq e o apoio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Fronteiras do Pensamento

Richard Dawkins

O projeto abre a temporada 2015 com uma conferência do biólogo evolucionista Richard Dawkins, que será realizada no dia 25 deste mês, às 19h45, no auditório Araújo Vianna. Considerado mais darwiniano que o próprio Charles Darwin, é autor de vários livros em que utiliza a linguagem informal e metafórica para explicar temas científicos complexos. Ganhou destaque, em 1976, com o lançamento de *O gene egoísta*, obra na qual popularizou o gene como a principal unidade de seleção na evolução. Ateu declarado e ativista contra a ideia do criacionismo, é vice-presidente da Associação Humanista Britânica e defensor do Movimento Bright, que propõe uma visão naturalista do mundo. Também integra o grupo de escritores do início do século XXI que defendem o ateísmo, que inclui Sam Harris, Daniel Dennett e Christopher Hitchens. No Brasil, Dawkins irá lançar *Fome de saber*, primeira parte da sua autobiografia.

A exceção da primeira palestra, os demais encontros ocorrerão no Salão de Ato da Universidade. Há descontos para inscritos em edições anteriores do Fronteiras, médicos cooperados à Unimed Porto Alegre, professores da UFRGS, PUCRS e UFCSPA, Clube do Assinante ZH e beneficiários de meia-entrada (conforme legislação). Informações pelo site www.fronteiras.com.



Quem quer saber (de) ciência?

Stela M. K. Rates*

“Eu vivo pensando: talvez, se eu entendesse um pouco de ciência, a história da minha mãe e da minha irmã não me assustasse tanto.” Essa é uma afirmação de Deborah Lacks, transcrita do livro *A vida imortal de Henrietta Lacks*, de Rebecca Skloot, versão em português publicada em 2011 pela Companhia das Letras. Deborah falava de seu sofrimento por não compreender o significado da vida de sua mãe, Henrietta, para a ciência e a doença de sua irmã, Elsie. Henrietta Lacks foi uma mulher negra e pobre do sul dos Estados Unidos, vitimada por um violento câncer de colo de útero, do qual foram extraídas células mantidas em cultura para o estudo da biologia do câncer e de outros fenômenos celulares. São as células *HeLa*, fundamentais para o desenvolvimento da vacina contra a poliomielite, entre outros avanços na área biomédica. A contribuição das células *HeLa* para a ciência, bem como os desdobramentos bioéticos da história de Henrietta e de sua família, são imensuráveis. Sua filha Elsie foi internada no Centro Hospitalar Crownsville (Hospital para Negros Insanos) ainda criança e lá morreu com diagnóstico de idiotice. Na verdade, possivelmente era portadora de epilepsia e de sequelas neurológicas de uma sífilis congênita. Existem suspeitas de que tenha sido utilizada em experimentação humana. Todos esses acontecimentos se deram sem o conhecimento da família Lacks, entre 1950 e 1960, época em que e a regulamentação das pesquisas envolvendo seres humanos emergia de horizontes nebulosos e a Bioética não era ainda uma ciência estabelecida. Quase 50 anos depois, Deborah Lacks julgava que entender melhor a ciência poderia tê-la ajudado a sofrer menos. E eu me pergunto: o que seria “entender a ciência”? Como alcançar esse “entendimento”?

Meu lastro teórico para essa discussão é bastante limitado. Assim, o que apresentarei constitui-se de breves relatos de minha experiência com divulgação científica, acompanhados de reflexão livre. Expressarei, sobretudo, dificuldades. Dificuldades que pesquisadores possuem para apresentar os resultados e as implicações do seu trabalho aos cidadãos não envolvidos com o fazer científico. Dificuldades para compreender e se fazer entender. Dificuldades para dialogar, romper barreiras culturais (sim, porque entendendo a ciência também como uma cultura). Nesse sentido, talvez seja mister apresentar minhas credenciais científicas, que darão notícia das minhas deficiências filosóficas e do meu domínio circunscrito de conhecimento: farmacêutica, farmacologista experimental e pesquisadora na área de desenvolvimento de fármacos há quase 30 anos.

Ao longo de minha carreira, participei de inúmeras entrevistas e debates, prefeiri palestras e publiquei textos na imprensa leiga, em princípio com a finalidade de informar à população as evidências científicas nos meus domínios de atuação. Registro e qualifico esse tipo de atividade como “de educação e popularização em ciência e tecnologia” no meu currículo na Plataforma Lattes do CNPq e nos Relatórios de Atividades dos Programas de Pós-graduação aos quais estou ligada. São iniciativas que aos poucos vêm sendo reconhecidas como atividades-fim do pesquisador. Contudo, na maioria das vezes, sinto que meu discurso de pesquisadora não se acomoda no tempo, no espaço e na linguagem da mídia e que, talvez, também não se alinhe à perspectiva do espectador/ouvinte/leitor. Parece-me que há ainda um despreparo do cientista e da imprensa (que



STELLA M.K. RATES/ACERVO PESSOAL

pode também não estar efetivamente interessada) para essa comunicação.

Segundo o CNPq, a divulgação científica é uma atividade complexa pela qual os conhecimentos científicos e tecnológicos são colocados ao alcance da população para que esta possa utilizá-los nas suas ações cotidianas e tomadas de decisão. No Portal do CNPq, há uma aba denominada “Popularização da Ciência” que lista os seguintes meios e instrumentos de divulgação científica: congressos, seminários, colóquios, palestras, conferências, publicações variadas (livros, revistas, jornais, folhetos), museus com exposições abertas ao público, jardins botânicos, planetários, filmes, vídeos, programas de rádio e TV, internet, centros de ciência e parques temáticos, incluindo escolas, faculdades e universidades. Mas qual a efetividade de tudo isso em alcançar as Deborahs Lacks de nosso país? Não se tem medida.

Não me refiro apenas à dificuldade de acesso de grande parte da população à educação formal de qualidade, aos serviços de saúde e aos bens culturais. Refiro-me a algo um pouco mais difuso e difícil de quantificar: a descrença, a negação da ciência enquanto um bem humano! A reportagem de capa da mais recente edição da revista *National Geographic* intitula-se *Guerra à Ciência* e relata, por exemplo, que um terço dos norte-americanos acredita que os seres humanos existem desde o princípio do mundo e que o movimento antivacinação se alastra nos Estados Unidos. E esses fenômenos não parecem estar diretamente

relacionados a baixos níveis educacionais ou socioeconômicos.

Em 2013, quando ativistas pró-direitos dos animais invadiram o Instituto Royal, em São Paulo, e de lá retiraram cães utilizados em pesquisas de novos medicamentos, tive a oportunidade (por conta de minha atuação como Coordenadora da Comissão de Ética no Uso de Animais da UFRGS) de conversar longamente com vários profissionais sobre o tema, entre eles jornalistas e políticos, e fiquei impressionada com a ignorância e o preconceito científicos que testemunhei. Na verdade, não foi uma experiência nova, apenas mais contundente, pelo clima apaixonado que a cercou. Tive essa mesma impressão outras vezes em instâncias profissionais e também na esfera das relações pessoais, ao discutir temas de meu domínio, como as potencialidades e limitações da utilização de plantas na terapêutica, a gênese e o tratamento farmacológico das doenças mentais. A maioria das pessoas leigas simplesmente desconhece como funciona a ciência e os preceitos éticos e legais que normatizam e regulam o fazer científico. Mesmo assim, emite opiniões incisivas sobre o que considera certo ou errado em ciência e o que supõe constituir a práxis e a motivação dos cientistas.

Também entre cientistas, quando entram em cena diferentes esferas da ciência, o diálogo não é fluido. O fazer científico não é uno. Um cientista social pode se comportar como um leigo cético diante de um cientista exato, e vice-versa. São os guetos científicos, por assim dizer. A perspectiva e

os parâmetros de valoração de quem trabalha com ciências humanas são diferentes dos daqueles que trabalham com ciências exatas ou biológicas, por exemplo, ainda que seja intrínseca uma convergência: a necessidade de interpretação da realidade, a busca de elementos para decidir no que acreditar ou deixar de acreditar e em que se basear para tomar decisões.

À procura de conforto intelectual, poderíamos supor que se trata apenas de uma necessidade de harmonização entre diferentes linguagens. De fato, muitas vezes trabalhamos a decodificação da linguagem de determinado domínio científico para uma linguagem compreensível ao leigo como se fosse esse o único obstáculo a ser transposto para a sua divulgação e popularização. Mas é bem mais do que isso. Ou, então, acreditamos que a popularização da ciência se dará, sobretudo, pela expansão das possibilidades de inclusão de setores historicamente desfavorecidos da população ao mundo do fazer científico. Por certo que é uma meta a ser trabalhada com determinação, mas penso que as raízes do problema são também metafísicas e políticas, no mais amplo sentido que essas palavras possam ter.

O método científico não é algo natural para a maioria das pessoas. Ele conduz a verdades pouco evidentes, que muitas vezes contrariam o senso comum construído pelo que os sentidos humanos permitem registrar. O método científico busca rejeitar hipóteses, enquanto o ser humano almeja a confirmação de suas certezas preconcebidas. A ciência não nos garante verdades confortáveis e eternas. Ela traz conhecimento, mas nem sempre alívio. Por vezes, desampara e, ao mesmo tempo, é instrumento de poder; poder tradicionalmente destinado a poucos. Arrisco, então, dizer que a negação das evidências científicas pode ser também a expressão de uma sinuosa busca de segurança, autonomia e empoderamento. É um paradoxo, pois me parece que a verdadeira autonomia, e todas as suas consequências libertadoras, reside justamente na apropriação da ciência por parte do indivíduo. E não vejo forma mais eficiente nem mais urgente de alcançar isso do que a internalização da ciência e do método científico por crianças em idade escolar. Para além da informação está a formação! Nesse sentido, é importante destacar iniciativas de agências de fomento, como os Programas Novos Talentos e Picmel, da Capes e Fapergs, respectivamente, que oferecem aos professores e estudantes do ensino básico de escolas públicas a oportunidade de fazer ciência em parceria com as universidades.

O indivíduo precisa *viver* o alumbramento da descoberta e, ao mesmo tempo, *entender* que a descoberta não é fruto da iluminação de uns poucos, mas do trabalho coletivo, do exercício constante de um método que todos podem aprender. No processo de divulgação, popularização e democratização da ciência, é imperativo desmitificar o cientista, que precisa ser visto como uma pessoa que teve um treinamento especializado, passível de erro e sujeito a pressões, como tantos outros profissionais. Roberto Lent, neurocientista e um dos fundadores das revistas *Ciência Hoje* e *Ciência Hoje das Crianças*, diz que o mito do cientista genial afasta as pessoas, fazendo-as pensar que a ciência não é para elas ou para suas famílias, porque não são geniais. É a porta aberta para o obscurantismo, o dolorido assombro de Deborah Lacks!

*Pesquisadora do CNPq e coordenadora do PPG em Ciências Farmacêuticas da UFRGS

FLÁVIO DUTRA/JU



Direita, volver?

Marcelo Kunrath Silva*

A grande novidade do cenário político brasileiro, a partir do ano de 2013, é a emergência de um processo de mobilização coletiva de segmentos conservadores e, especialmente, a utilização da manifestação pública, tradicionalmente um repertório de ação de segmentos subalternos e/ou de esquerda, como forma privilegiada de expressão de suas reivindicações. O caráter recente, complexo e dinâmico desse processo representa um grande desafio para interpretações feitas sem o devido distanciamento temporal. Ao mesmo tempo, o ambiente altamente passional que gerou e é gerado por essas mobilizações conservadoras também instiga a formulação de uma análise que não quer ser mais um discurso pró ou contra esse processo. Apesar desses riscos, considera-se que a gravidade da atual conjuntura política do país demanda análises que consigam qualificar nossa compreensão dessas mobilizações e, especialmente, permitam enfrentar uma tendência de discussão pública baseada centralmente na emoção e na agressão.

Por que “mobilização coletiva conservadora”? O uso do termo “conservador” na caracterização de manifestações como as observadas em 15 de março e 12 de abril de 2015 não tem um sentido depreciativo. No Brasil, diferentemente do que acontece em outros países, os setores sociais e políticos críticos de mudanças que levem à diminuição de desigualdades e/ou à ruptura de relações de dominação tendem a não se apresentar publicamente como conservadores e/ou de direita. E essa é uma das mudanças significativas das mobilizações recentes, particularmente das ocorridas em 2015: uma parcela razoável de seus participantes se autocalifica de direita. Conforme dados do Datafolha, 47% dos manifestantes do dia 15 de março em São Paulo se definiam de centro-direita/direita.

Mas o conservadorismo também se expressa na presença de demandas como a “intervenção militar” que, mesmo não

sendo defendida por grande parte dos manifestantes, encontra expressiva adesão entre os participantes e, o que é mais importante, aceitação por parte daqueles que dela dizem discordar.

Por fim, deve-se destacar o perfil socioeconômico dominante entre os manifestantes, segundo expressam os dados do Datafolha para a capital paulista em 15 de março: majoritariamente branco (69%), com alta escolaridade (76% com curso superior), de idade mais elevada (apenas 14% com menos de 25 anos) e altos rendimentos (41% com renda superior a 10 salários mínimos). Assim, por mais que se observem as tentativas de apresentar tais protestos como uma mobilização popular, pode-se perceber que são claramente conclamações que têm como agentes centrais as classes dominantes do país.

A elite brasileira é cordial e civilizada, desde que cada um fique no seu “lugar”

Como explicar a emergência das mobilizações conservadoras? Mobilizações sociais são processos complexos, envolvendo vários mecanismos e condições para a sua produção. Mesmo que seja impossível desenvolver uma explicação adequada para os atuais movimentos conservadores nos limites de um artigo como este, se podem apontar alguns elementos importantes para seu entendimento.

Primeiramente, é preciso destacar que o processo de organização e mobilização de segmentos conservadores não é um

fenômeno recente no Brasil. Na verdade, pelo menos desde o primeiro governo de Lula, particularmente após o episódio do “mensalão”, observa-se a ocorrência de mobilizações desses grupos: por exemplo, os movimentos “Grande Vaia” (em referência à vaia recebida por Lula na abertura dos Jogos Pan-americanos) e “Cansei”, em 2007. No entanto, tais movimentos nunca obtiveram uma grande capacidade de mobilização e declinaram rapidamente. Ao mesmo tempo, organizações conservadoras passaram a se estruturar e/ou ganhar visibilidade pública no mesmo período, como o Instituto Millenium, e, em âmbito local, o grupo político “DCE Livre”, que esteve na direção do Diretório Central dos Estudantes da UFRGS por dois mandatos em anos recentes. Por fim, deve-se destacar a significativa presença desses setores nas manifestações de junho de 2013 (tal como o grupo “Vem pra Rua”), chegando em certos momentos e locais a dominar os protestos e, inclusive, a confrontar grupos políticos de esquerda que os haviam iniciado (o MPL em São Paulo e o Bloco de Lutas em Porto Alegre, por exemplo). Tais organizações são agentes fundamentais na produção de ideias e na obtenção de elevados recursos para a construção das mobilizações observadas.

Em segundo lugar, a infraestrutura organizativa dos setores conservadores foi alimentada e legitimada pela crescente campanha de praticamente todas as grandes empresas de comunicação contra o governo federal. Mesmo que se rejeite o argumento simplista e equivocado de que a mídia “manipula” os manifestantes, dados como os coletados pela equipe do Manchetômetro, da UERJ, mostram que desde 2012 há um esforço concentrado da mídia na construção de uma percepção do país como submetido a uma profunda crise econômica e política gerada pela má-gestão e corrupção da presidente e de seu partido. Dessa forma, rompeu-se o relativo otimismo predominante entre grande parte da população até 2012, instituindo-se um sentido negativo

que conseguiu até mesmo ofuscar um evento como a Copa do Mundo do ano passado.

Em terceiro lugar, é preciso destacar a novidade e a importância das redes sociais da Internet nos processos de mobilização contemporâneos. Apesar de o impacto dessas redes nas manifestações ocorridas a partir de 2013 ainda necessitar de investigações mais aprofundadas (sendo este um dos projetos em curso em nosso Grupo de Pesquisa), é possível perceber claramente que elas produziram mudanças significativas nas formas tradicionais de construção e difusão desses movimentos. Em especial, pode-se ressaltar o papel central desempenhado por indivíduos conectados na produção e/ou difusão de conteúdos políticos e na mobilização dos membros de suas redes para a participação nas manifestações, compensando em parte as limitações de estruturas mais formais, como as organizações sociais e políticas.

Por fim, é necessário abordar o tema da corrupção, publicizado cotidianamente como a grande causa que congrega esses manifestantes. De um lado, é preciso reconhecer que as contínuas denúncias sobre supostos casos de corrupção envolvendo integrantes do governo federal e/ou do Partido dos Trabalhadores, independentemente da sua veracidade, gerou um sentimento generalizado de estarmos envolvidos em um “mar de lama” promovido por este governo e partido. De outro, no entanto, a clara seletividade da indignação desses manifestantes, que parecem simplesmente desconsiderar as informações sobre o envolvimento de outros partidos e de grandes grupos econômicos em casos de corrupção, tende a sustentar a afirmação da professora Céli Pinto em artigo publicado no Sul 21 de que “a corrupção não importa” efetivamente para esses manifestantes.

Mas se não é apenas a corrupção que mobiliza esses manifestantes, o que seria? Aqui gostaria de retomar a justificativa para denominar tais movimentos como conservadores. Parece-me que, juntamente com um sentimento de indignação moral com a corrupção (que, mesmo seletivo, não pode ser descartado como desimportante), há um conjunto difuso de críticas ou insatisfações em relação a pequenas, mas significativas, mudanças produzidas por políticas públicas implantadas desde 2003, que mexeram nas bases estruturais das dramáticas desigualdades sociais do país. Ações governamentais como a valorização real do salário mínimo, o reconhecimento dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas, as ações afirmativas no ingresso nas universidades e nos concursos públicos, as políticas de garantia de renda mínima e de segurança alimentar, o Programa Mais Médicos, entre outras, impactaram uma elite que é cordial e civilizada, desde que cada um fique no seu “lugar”. O fato de alguns setores subalternos não aceitarem mais esse “lugar” e, a partir de oportunidades abertas por aquelas políticas públicas, passarem a demandar aquilo que historicamente foi um “direito” dos setores dominantes, gera uma reação daqueles que sentem sua posição e, especialmente, seus privilégios ameaçados.

A intensa carga emocional desse conflito mostra que a sociedade brasileira chegou a uma encruzilhada e vai precisar enfrentar o seu mais profundo e persistente problema: as desigualdades. Podemos avançar no sentido da construção de uma sociedade mais justa e igualitária (o que vai demandar irmos muito além das atuais políticas públicas) ou retroceder para a reafirmação das injustiças e desigualdades. Eu, particularmente, torço e luto pela primeira alternativa. E é exatamente o confronto entre essas alternativas o que está em disputa nas ruas do país.

*Departamento de Sociologia da UFRGS, Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE)



FLÁVIO DUTRA/JU



Estudantes do bacharelado em Música Popular contam com aulas práticas ministradas em um estúdio externo, locado pela Universidade

Quebrando tabus

Educação No ano em que a primeira turma da graduação em Música Popular se forma na UFRGS, encontro discute os desafios do ensino na área

Samantha Klein

Apesar de a música erudita ter um espaço significativamente reduzido nos veículos de comunicação do país em comparação ao tempo dedicado aos ritmos populares – salvo exceções, como a TVE –, no campo da educação musical essa tendência se inverte. O ensino é tradicionalmente voltado à erudição, com formação de grandes musicistas e regentes, enquanto o desenvolvimento em música popular é relativamente recente no Brasil. O primeiro bacharelado foi gestado na Unicamp em 1989. Uma década mais tarde surgiria o segundo curso, e hoje há oito graduações voltadas

para o gênero, que abrange desde as marchinhas do final do século XIX ao tecnobrega dos anos 2000.

A UFRGS implantou seu Bacharelado em Música Popular em 2012 e, no ano em que a primeira turma está prestes a concluir a graduação, irá sediar o I Encontro Brasileiro de Música Popular na Universidade (MusPopUni), convidando representantes dos cursos pioneiros a discutirem os desafios dessa modalidade de ensino na universidade. A repercussão foi maior do que calculava a coordenação do evento: houve mais de 250 inscrições de trabalhos, quando eram esperados menos de 120. O encontro ocorre entre os dias 11 e 15 deste mês no Instituto de Artes.

Desenvolvimento do aluno – A formação em música popular abre um panorama de opções de trabalho, como a composição de músicas e arranjos, performance, produção musical e pesquisa etnomusical. Nas oito universidades, o curso é de bacharelado, sem a opção pela licenciatura. “Para quem deseja ser professor, é necessário um conhecimento mais abrangente de todos os instrumentos, justamente para dar uma base geral de música aos alunos nas escolas. Mas a graduação em Música Popular atende a um anseio de muitos musicistas”, destaca a chefe do Departamento de Música da UFRGS, Luciana Prass.

Estudantes como Tamiris Duarte tiveram seu anseio atendido:

apaixonada por contrabaixo e transitando por diversas bandas, a jovem primeiramente estudou Matemática para depois conseguir uma formação no que realmente a faz vibrar como profissional. “Quando concluí o colégio em 2003, tentei me encaixar no bacharelado da UFRGS, mas não tinha nenhuma relação com meu conhecimento de música. O contrabaixo acústico, por exemplo, tem uma técnica totalmente diferente.”

A ex-integrante da banda gaúcha *As Gurias* ressalta a mudança no perfil dos alunos. “No primeiro vestibular, era visível que músicos mais experientes entraram no curso, mostrando um desejo antigo de formação em música

popular. Agora vejo colegas mais novos ingressando”, considera.

Especialização – Um campo que se pretende alcançar no bacharelado em Música Popular é o da formação de críticos e ensaístas. Conforme lembra Luciana, até meados da década de 1990, somente jornalistas como Ruy Castro, Sérgio Cabral e Nelson Motta escreviam livros especializados nesse gênero musical. “Eles produziram trabalhos muito bacanas, mas é interessante que um músico também escreva porque pode trazer um elemento técnico sobre Baden Powell, por exemplo, ou explicar um trecho de partitura”, sustenta a docente.

Além dessa aspiração, a coordenação do curso busca constantemente recursos para aprimorar as condições de ensino. Recentemente, as aulas práticas passaram a ser ministradas em um estúdio externo ao Instituto de Artes. “Quando chegamos, o prédio não estava pronto para sediar o curso. As salas de aula não estão preparadas acusticamente para receber alunos tocando bateria e guitarra. Por diversas vezes, acabávamos atrapalhando uma classe de violino. Mas, ao mesmo tempo, como iríamos ter nossas aulas? Foram dois anos de negociação. Em 2014, a direção conseguiu nos oferecer aulas em um estúdio externo. Foi um salto qualitativo”, comemora a estudante Tamiris Duarte. Dois novos professores também foram nomeados no ano passado.

Outra face do curso é o incentivo à pesquisa e à derrubada do estigma popular versus erudito. “Quem faz funk carioca não pode ser classificado como alguém que faz uma batida eletrônica igual durante quatro minutos. Falar que a letra é frágil embute um valor. Cada manifestação deve ser vista a partir de suas próprias lentes. Se eu olhar o blues como alguém que gosta de bossa nova, vou dizer que é um ritmo que só tem três acordes. Mas se visualizar as ferramentas do blues, em que as pessoas podem improvisar por horas, vou compreendê-lo melhor. É necessário respeito com quem vive daquilo. Claro que há a música veiculada na mídia, que faz parte de uma indústria cultural. Mas até para analisar esse aspecto é necessário saber como os artistas são pressionados a produzir tais ritmos”, sublinha Luciana.

Dois-pontos

Antônio Falcetta, revisor

antonio.falcetta@secom.ufrgs.br

► Mr. Magoo

Toda sociedade deve garantir a identidade própria e reconhecer nos seus fazeres a importância que bem lhes cabe. É uma questão de sobrevivência desse ente, o coletivo, dar sentido a si e aos seus produtos. Nas guerras, por exemplo, a falta de coesão e sintonia gera vulnerabilidade, o que facilita a dominação.

Na terra do “sirvam nossas façanhas...”, certa falta de reverência me sugere uma afronta. Refiro-me aos Fóruns Sociais Mundiais que a cidade promoveu num passado quase recente. Por vezes, as fichas caem somente quando se escuta da boca de pessoas de outro país a relevância do

Fórum e de Porto Alegre. Isso reacendeu em mim uma quase sepultada inquietação: há, no parque Marinha, espaço em que se fixaram as oferendas trazidas por gentes de todas as partes do planeta para o evento. São pedras e pequenas placas com desenhos e inscrições em línguas diversas que, reunidas, compõem um mosaico, cujo símbolo, possivelmente, busca sensibilizar a memória sobre a importância do encontro.

Essa é, afinal e aliás, a lógica dos monumentos: dar perenidade aos fatos relevantes. Sim, sempre se pensa: relevante para quem? Evidentemente, o FSM não possui o mesmo significado para todos os porto-alegrenses, e hoje creio que isso fica

mais patente – assim como o desmesurado monumento do Parcão ao Golpe de 64 para mim é aberração, mas está lá. Ficaram, no Marinha, portanto, esses objetos-símbolo, depositados no memorial (um plano circular) situado no parque que abrigou edições do evento.

No entanto, quem *por acaso* topar com esse espaço absolutamente malculado (algumas placas já foram suprimidas!), quase invisível, verá a falta de autorrespeito que se pode ler dessa esclerose seletiva, especialmente dos organismos da gestão do público. Não só se faz de conta que o que se passou por aqui foi algo como uma feira de ornitorrincos como não sabemos reconhecer a sua relevância para os povos.

E não esqueçamos que nunca fomos tão cosmopolitas como no período do Fórum! Bem, se o FSM faz (mais) sentido para as “esquerdas”, isso não é argumento suficiente para escamotear as vocações políticas do pago. Reclamo, portanto, contra o desrespeito à nossa identidade e contra a negligência costumeira que, a contrapelo do que nos constitui, insiste em reprimir a dimensão cultural a que temos direito.

“Há aqueles que creem que o destino descansa nos joelhos dos deuses, mas a verdade é que trabalha, como um desafio candente, sobre as consciências dos homens.” (Eduardo Galeano)

Opiniões com sotaque

Comportamento Como os alunos estrangeiros da UFRGS veem o momento político brasileiro

Desde as eleições de 2014, o Brasil vive um momento singular em sua história. Passamos de brigas ferozes nas redes sociais às manifestações nas ruas e de um crescimento do conservadorismo à votação de leis nunca antes saídas do papel. Muito está sendo discutido, e o ambiente acadêmico torna-se local para várias reflexões. Se para nós, brasileiros, o momento já é conturbado, imagine para aqueles que nem sempre tiveram contato com as peculiaridades de nossa sociedade. Os intercambistas entrevistados nesta matéria provêm desde nações distantes, como a China e o Benim, até fronteiriças, como o Paraguai. Nem turistas nem nativos, eles desenvolvem uma visão distinta a partir de suas impressões, opiniões e comparações com seus países de origem.

Neste semestre, aproximadamente 600 alunos estrangeiros estão frequentando a UFRGS. Eles são naturais de 66 países, sendo a Colômbia o mais presente, com cerca de 90 estudantes. A China é o segundo país que mais envia intercambistas, com 39 alunos, seguido da França, da Alemanha e do México. Esses jovens ingressam por meio das mais diferentes modalidades, como a dupla graduação ou a mobilidade acadêmica, e estudam originalmente em universidades que possuem algum tipo de vínculo com a UFRGS. Também podem estar aqui para aprender a língua nacional pelo Programa de Português para Estrangeiros (PPE), iniciativa coordenada pelo Instituto de Letras e que oferece aulas temáticas para diferentes níveis.

Primeiras impressões – O chinês Zhenghao Chen, que escolheu o nome ocidental André, tem 22 anos e cursa Letras. Está em Porto Alegre desde agosto de 2014 aprendendo português no PPE. Visto que as eleições chinesas têm um formato muito diferente do nosso, ele relata que, logo após a sua chegada ao Brasil, teve profundo interesse pelo processo eleitoral que se formava. Passou, então, a acompanhar as propagandas eleitorais e notícias. Colega de André no PPE, Claudia Araya, de 27 anos, é natural do Chile e conhecia um pouco mais sobre o Brasil, devido à proximidade dos países. Formada em Física e candidata ao mestrado em Ensino da Física na UFRGS, conta que as novelas brasileiras passam sucessivamente na televisão chilena, ilustrando alguns aspectos da nossa cultura. Mesmo assim, se surpreendeu: “Tinha aqueles preconceitos



A chilena Claudia Araya e o chinês Zhenghao Chen dizem ter percebido o grau de polarização atingido nas eleições presidenciais de 2014

do turista, praia, caipirinha, muito esporte e pessoas sempre sorrindo... E vim para Porto Alegre! Mas eu gostei disso, porque foi uma ruptura do que pensava sobre o país”.

Claudia e nosso outro entrevistado da América Latina, o paraguaio Horacio Portillo, de 22 anos, expõem que o Brasil é visto no resto de continente como uma nação desenvolvida e avançada. A imagem do “motor econômico da região”, nas palavras do estudante de engenharia ambiental, só começou a se transformar com a visibilidade dos protestos anteriores à Copa. Horacio revela que, diferentemente do que alguns pensam, em seu país percebia menos assaltos e violência. Ele está há pouco tempo aqui, desde fevereiro deste ano, e narra que, “caminhando pela rua, às três da tarde, com gente por todos os lados, eu já vi três assaltos e quase metade dos intercambistas já foi assaltada”. O estudante também menciona ter sentido diferença no acolhimento aqui de Porto Alegre em comparação ao recebido em outros lugares do Brasil. “O gaúcho é muito mais fechado; nos outros lugares, foram mais receptivos, hospitaleiros”, no entanto, ressalta que não são mal-educados, apenas diferentes. Ele acrescenta que, assim como ele, a maioria dos intercambistas com os quais mantém contato ainda não tem amigos brasileiros.

País polarizado – Os seis entrevistados foram unânimes em apenas dois quesitos: notaram o grau de polarização que o Brasil atingiu nas eleições e o caráter puramente combativo de algumas campanhas. O comentário de Claudia resume bem essa impressão: “Os políticos falavam mais dos erros dos outros

do que de suas propostas”. E completa: “Eu senti muito fanatismo nas pessoas, era uma polarização muito grande. Não existia diálogo, só uma briga, exatamente como os políticos faziam”. Kokoye Ignace, que é oriundo do Benim, tem 27 anos e está aqui desde 2009 estudando Agronomia. Ele revela que os debates também o surpreenderam, pois pareciam uma grande encenação, em que nenhuma resposta era verdadeira e serviam apenas para criar uma impressão de lucidez para o povo.

O alemão Wladimir Leuschner, de 23 anos, está cursando Ciências da Computação na UFRGS há mais de um ano. Ele diz que vê essa divisão como algo muito mais profundo, que se relaciona à forma como os brasileiros veem as classes sociais. “A sociedade em si é muito separada, as pessoas não querem contato com as outras classes.” Na opinião dele, uma das maneiras de melhor modificar essa situação, e o país como um todo, é por meio da educação, pois ela oferece uma perspectiva de vida mais justa para as pessoas. Ele acha um erro o Brasil centrar esforços apenas na qualificação do ensino superior e postergar o investimento no ensino fundamental e médio. Kokoye concorda que a principal mudança deveria ser na educação, visto que o resto dos problemas se resolve a partir dela.

Conforme informações do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), o parlamento eleito nas últimas eleições é o mais conservador desde 1964. A nomeação de 251 deputados ligados a setores conservadores da sociedade, como ruralistas, fundamentalistas religiosos e militares,

nos faz questionar as significações e consequências desse crescimento. O estudante de Ciências Sociais Vanito Vieira, de Guiné-Bissau, comenta que precisamos zelar para que o conservadorismo não se sobreponha à Constituição. “O conservadorismo existe não só aqui, mas em qualquer país do mundo. Mas tem uma coisa que se chama Constituição, e ela tem de estar acima de qualquer ideologia ou partido político”, defende o aluno de 25 anos que está aqui desde 2012.

A operação Lava Jato, investigação de irregularidades na empresa estatal Petrobras, fez a corrupção voltar a ser um dos assuntos mais discutidos no país.

Todos os entrevistados expressaram considerar a corrupção algo existente em todos os países do mundo, porém com intensidades variadas e com diferentes punições. Nas palavras de Kokoye: “Onde tem dinheiro, tem corrupção”. Claudia relata que no Chile a situação atual é basicamente a mesma: a seguradora Penta, uma das principais empresas do país, é investigada por financiamentos políticos ilegais. Já André descreve um cenário muito diferente na China, onde a corrupção é investigada e julgada. Porém, para o povo, apenas os resultados são divulgados, sem muitos detalhes e especulações. Diz achar que, no Brasil, o problema é exatamente o contrário: são tantas as notícias que é difícil averiguar o que é real. Vanito elogia as investigações e ressalta que elas demonstram a importante força do poder judiciário, entretanto, “não basta punir, temos que, como diz a expressão brasileira, cortar o mal pela raiz, e a reforma política talvez seja a solução”.

Movimentos sociais – As manifestações de junho de 2013, que começaram pela anulação do aumento das passagens do transporte público, fomentaram uma onda de protestos dos mais variados tamanhos e ideologias.

Desde então, os movimentos sociais estão sempre em pauta, desde a “Marcha das Vadias” até os grupos que pedem uma intervenção militar. O movimento estudantil também ganhou força, e a impressão de Kokoye é de que “os estudantes brasileiros são protagonistas, querem sempre mais mudanças. Eles querem o melhor para os jovens, o que acho uma coisa muito boa, porque nós somos o futuro”. Wladimir, que faz parte do DCE de sua universidade na Alemanha, elogia os agrupamentos estudantis brasileiros. Acredita, porém, que eles precisam encontrar formas de deixar seu discurso mais acessível a toda população, pois muitas vezes são muito intelectualizados e se fecham como grupo.

Horácio comenta perceber que no Paraguai “o povo estudantil é mais acomodado, e por isso o movimento não está tão bem organizado, muito menos fazem protestos como acontece aqui”. O movimento estudantil em Guiné-Bissau, segundo Vanito, também não está solidificado, assim como em outras instituições do país, visto que este se tornou independente de Portugal apenas em 1974. “Não é ainda um movimento totalmente autônomo, totalmente forte para se posicionar diante de algumas situações”, comenta o estudante de Ciências Sociais.

Iami Gerbase, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico



Responsabilidade social

Saúde

Projeto de lei prevê serviço obrigatório em comunidades carentes para recém-formados

Marco da transição para a democracia, após mais de duas décadas de regime militar ditatorial, a nova Constituição, elaborada em 1988, trouxe também outra conquista para a população brasileira celebrar: a garantia da saúde como direito de todos e obrigação do Estado, por meio da criação do Sistema Único de Saúde, o SUS.

O sonho de saúde pública de qualidade para todo cidadão, contudo, ainda é uma ambição distante da realidade do país. Enquanto nos grandes centros urbanos das regiões Sul e Sudeste percebe-se um inchaço de médicos, a ausência de profissionais da saúde é sentida cotidianamente pela população das cidades interioranas, assim como nas áreas periféricas das metrópoles, em especial nos estados do norte brasileiro. Visando combater essa desigualdade e a fim de garantir o atendimento a essas comunidades historicamente negligenciadas, tramita no Senado o Projeto de Lei 168/2012, de autoria do senador do Distrito Federal Cristovam Buarque (PDT), que prevê a obrigatoriedade de dois anos de exercício social da profissão para graduados em Medicina cuja for-

mação for custeada com recursos públicos, assim que estes concluírem o curso. O texto estabelece que os recém-formados atuem em municípios com menos de 30 mil habitantes ou em comunidades desprivilegiadas de regiões metropolitanas. Apesar da compulsoriedade, os participantes do projeto não estarão na condição de bolsistas, como acontece em outros programas de saúde pública federais, como o Mais Médicos e o Provac, mas sim de profissionais com todos os direitos trabalhistas e previdenciários assegurados, com jornada exclusiva de 40 horas semanais, que contarão como tempo de serviço para aposentadoria. Atualmente, a proposição está em exame na Comissão de Educação, Esporte e Cultura (CE) do Senado Federal, onde tramita em conjunto com o PLS 79/2013, do ex-senador Jayme Campos (DEM), sob a forma de substitutivo do senador Paulo Paim (PT), relator da matéria. As modificações elaboradas pelo senador gaúcho expandem o projeto para outros cursos da área da saúde, passando a criar a exigência de dois anos de exercício social obrigatório também para graduados nos cursos de Enfermagem, Psicologia, Odontologia, Fisioterapia, Nutrição e Farmácia.

Opiniões divergentes – A efetividade do projeto divide a opinião dos profissionais da área, que divergem em relação à capacidade de a proposição solucionar o problema da saúde básica nas comunidades desassistidas. Na opinião do docente da Faculdade de Medicina (FAMED) da UFRGS, Álvaro Merlo, a proposta seria válida apenas se acompanhada de

projetos de melhoria da infraestrutura: “Pensar essa proposta sem considerar questões estruturais é pura demagogia”, afirma o professor, que enxerga a ideia como parte de um pensamento atrasado sobre saúde. “A medicina se tornou mais tecnológica. Os profissionais acham um desrespeito com o paciente fazer apenas um exame físico. É fundamental haver uma boa estrutura. Colocar um médico ou um enfermeiro sozinho em um posto de saúde de uma cidade com menos de 30 mil habitantes é uma atitude coerente com a saúde do século XIX. Hoje em dia não funciona mais assim.” Dvora Jovelviths, também professora da FAMED, teme que tais comunidades recebam profissionais sem preparo ou supervisão, em lugar do atendimento de qualidade esperado: “O grande problema do projeto é a falta de quem supervisione esses médicos, alguém que os instrua e oriente. É negativo para a população, que terá o atendimento de um profissional inseguro, sem o preparo suficiente para atender sozinho e sem ninguém para instruí-lo”.

Já a presidente do Conselho Estadual de Saúde, Célia Chaves, defende a proposta como uma forma de ressarcimento por parte do graduado: “Entendo ser justo que quem estude com recursos públicos dê um retorno à sociedade. Diz-se muito que a universidade é gratuita, mas na verdade as vagas ocupadas são pagas com o dinheiro do contribuinte”. A farmacêutica considera o projeto uma boa forma de garantir a existência de profissionais em regiões historicamente desassistidas, o que pode também ser benéfico ao recém-formado, enquanto respei-

tados os seus direitos trabalhistas: “Não é como se o profissional estivesse perdendo dois anos de sua vida em um trabalho irregular; na verdade, a proposta garante que ele saia da graduação com um emprego garantido. Mas, claro, é válida, uma vez respeitadas as leis trabalhistas, o que é algo previsto no projeto de lei”.

Emenda à proposta prevê a expansão da medida para outros cursos da área

O valor da atenção básica – Independentemente de opiniões favoráveis ou contrárias, o projeto traz o importante debate sobre a necessidade ou não de se repensar o papel da universidade dentro do Sistema Único de Saúde no que tange à formação do médico, hoje mais centrada na atuação em grandes hospitais urbanos e um tanto afastada do caráter humanitário da profissão.

Para Célia Chaves, é fundamental que o profissional da saúde seja capaz de trabalhar usando apenas seus conhecimentos, sem a dependência de aparatos tecnológicos: “Com a expansão das tecnologias, surgiu essa crença de que não há condições de fazer diagnóstico sem parafernália. Mas elas nem sempre são necessárias. Em muitos casos, o médico deveria ser capaz de diagnosticar independentemente da estrutura”, defende Célia. “A formação atual gera uma

grande insegurança nos médicos, que questionam sua própria capacidade de atender sem utilizar as tecnologias. O projeto tem esse lado positivo de indicar que a formação deva ser mais centrada na atenção básica, na capacitação do profissional de trabalhar com seus conhecimentos.”

O atendimento básico é a porta de entrada do paciente ao Sistema Único, sendo realizado no ambiente em que este vive e por um profissional com certo vínculo com a comunidade. Estipula-se que 80% dos casos sejam resolvidos já nesse primeiro atendimento, sem a necessidade de encaminhar para o nível secundário, que seria o dos hospitais regionais. A terceira etapa do atendimento no SUS seria a da superespecialização, na qual se encontrariam as tecnologias necessárias para resolver casos que os outros dois níveis não solucionaram. Por exigir mais conhecimento generalista do médico, muitos encaram a atenção primária como uma negação à especialização médica. “Diferentemente do que muitos pensam, a atenção básica não se opõe à medicina especializada desenvolvida em centros terciários. Ela também é uma especialidade médica (medicina de família e comunidade) e, quando funciona de modo integrado aos demais níveis de atenção, traz benefício para o sistema como um todo, principalmente para o paciente”, afirma o professor Francisco Arsego, do Departamento de Medicina Social da FAMED. Na visão do docente, é fundamental fortalecer a atenção primária como modelo estruturante do SUS.

De fato, o projeto de lei determina certas mudanças na organização dos cursos de Medicina, estabelecendo que as instituições devam ofertar programas de extensão que familiarizem os alunos com o exercício social em sua profissão e garantir experiências curriculares que preparem para as condições de trabalho em comunidades carentes e remotas. De acordo com Arsego, há uma dissociação entre a formação dos médicos e as reais necessidades sociais, mas as universidades públicas estão se preparando para mudanças: “Já temos novas diretrizes curriculares aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação em consonância com a nova lei e que reafirmam essas transformações no perfil dos egressos”.

A votação do substitutivo na Comissão de Educação, Esporte e Cultura, que deveria ter sido realizada no dia 17 de março deste ano, foi adiada por tempo indeterminado, após resistência apresentada por diversos senadores. Caso seja aprovada pela CE, a proposta ainda terá de tramitar na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde receberá decisão terminativa.

João Pedro Teixeira, aluno do 6.º semestre de Jornalismo da Fabico



Estudantes do curso de Medicina da Universidade já atuam junto à Unidade Básica de Saúde Santa Cecília, atendendo pacientes do SUS



DIVULGAÇÃO



Os estrangeiros
querem ocupar o
mercado brasileiro,
como têm feito nos
demais países

Falta coragem

Economia Luis Carlos Bresser-Pereira, professor e ex-ministro, critica a estagnação da indústria nacional

Everton Cardoso

Com influências intelectuais de Marx, Weber, Keynes e do estruturalismo latino-americano, Luis Carlos Bresser-Pereira tem-se dedicado a pensar sobre um modelo de economia desenvolvimentista e a interpretar o Brasil a partir dos modelos econômicos e das correspondentes coalizões ou pactos políticos que têm surgido historicamente. Professor emérito da Fundação Getúlio Vargas, onde dá aulas de economia, teoria política e teoria social, foi ministro em quatro pastas diferentes durante os governos de José Sarney e Fernando Henrique Cardoso. Em 1988, participou da fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), do qual se desligou em 2011 por acreditar que a agremiação se aproximou de forma definitiva da direita ideológica. Em entrevista exclusiva ao Jornal da Universidade, Bresser-Pereira analisa a situação atual brasileira e aponta a necessidade de um modelo

econômico que neutralize o que se conhece como “doença holandesa”: a abundância de recursos naturais que faz com que o país se especialize na produção desses bens e não se industrialize.

A que se deve a atual crise na economia nacional?

O Brasil tem estado numa semiestagnação desde 1980. O motivo é que a taxa de câmbio permaneceu durante todo esse período altamente sobreapreciada. Isso porque, no início dos anos 1990, quando fizemos a abertura comercial, desmontamos o mecanismo Delfim Neto de neutralização da “doença holandesa”. Era um esquema de confisco cambial, de imposto sobre as commodities. Com isso, a indústria brasileira passou a ter uma desvantagem competitiva de 15 a 20% em relação a empresas de outros países, e o desenvolvimento tornou-se inviável. O que se tem visto é um processo grave de desindustrialização e baixo cresci-

mento. Para mudar isso, é preciso ter coragem e firmeza. Tem que ser impopular no começo do governo. Isso não foi entendido pelo Lula; a Dilma entendeu um pouco, mas não conseguiu pôr em prática. Quase todos os economistas que apoiaram eram contra se depreciar o câmbio, porque isso ira baixar salários. Cairiam todos os rendimentos – salários, juros, câmbios e aluguéis. Quem se beneficia são os empresários, que passam a ter uma taxa de lucro maior. E é exatamente isso que se quer, pois a taxa de lucro do Brasil hoje é, na indústria, coisa de 5%. A taxa de juros é maior. A indústria precisava de uma taxa de lucro por volta dos 15% para que possa investir e o país se industrializar novamente e haver crescimento.

Quais são as causas políticas desse impasse?

A primeira é a perda da ideia de nação. As elites brasileiras não sabem que os seus interesses são diferentes dos das elites americanas,

inglesas ou francesas, mas elas não querem saber disso, o que inviabiliza qualquer estratégia nacional de desenvolvimento. A outra é uma alta preferência pelo consumo imediato, que acontece em todas as classes e impede o desenvolvimento. Tem uns keynesianos vulgares que acham que Keynes aboliu a necessidade de se fazer poupança para crescer, o que é uma tolice. Não se pode sacrificar tudo em nome do consumo imediato, e é o que fazemos.

Que diferença há entre os interesses das elites brasileiras e estrangeiras?

Se as elites brasileiras estivessem associadas ao seu povo para formar uma nação, saberiam que é preciso ter uma taxa de câmbio competitiva, para tornar as empresas eficientes do país competitivas internacionalmente. Precisamos ter superávit em conta corrente, mas nos dizem o tempo todo que devemos ter poupança externa e déficit em conta corrente. Venho desenvolvendo, nos últimos 15 anos, a teoria do novo-desenvolvimentismo, que deixa muito claro que um país como o Brasil deve ter um superávit em torno de 1% do PIB. Neste ano, temos um déficit de 4%, e eles lá fora nos dizem que isso é ótimo, pois significa poupança externa. Mas a estamos recebendo para consumir e para deprimir nosso investimento e a poupança nacional. Para um keynesiano como eu, você primeiro investe e depois poupa. Os estrangeiros querem ocupar o mercado brasileiro, como têm feito nos demais países, e afirmam que não faz diferença alguma produzir “potato chips” ou “microchips”. Essa é uma brincadeira do economista chileno Gabriel Palma. O grande interesse de um país é gerar bens e serviços que tenham alto valor agregado per capita, porque usam mão de obra sofisticada, bem educada, etc. No desenvolvimento, é esse processo de ir transferindo renda de setores de baixo valor adicionado per capita para setores de alto valor. Industrialização é isso. Ou, como hoje prefiro dizer, é sofisticação produtiva, pois há certos setores de serviços que também são muito sofisticados tecnologicamente. Mas é isso o que eles não desejam lá fora. Além disso, querem que tenhamos dívidas para nos financiar com belos juros. Como se tem déficit em conta corrente, a taxa de câmbio está apreciada por causa disso, então se está inviabilizando a indústria. E tratam de ocupar nossos mercados com suas empresas multinacionais. Elas trazem o dinheiro que vai financiar o consumo, mas não aumentam a taxa de investimento do Brasil. O que existe é uma alta taxa de substituição da poupança interna pela externa. Para eles, esse déficit legitima a entrada dos seus capitais e a ocupação dos nossos mercados. Os liberais dizem que os desenvolvimentistas querem fechar o Brasil. Mas o que é fundamental para o país é se integrar ao sistema internacional. E há duas formas de fazer isso: subordinadamente, como o México; ou competitivamente, como

fizeram China, Coreia, Indonésia e Taiwan. Para isso, é preciso ter o câmbio no lugar certo e taxa de juros baixa.

E qual seria então uma taxa de câmbio adequada?

Até muito recentemente, eu calculava como uma taxa competitiva 3,10 reais por dólar, mas houve uma queda tão grande no preço das commodities que estou sendo obrigado a reconsiderar. Esse valor era do começo do ano passado. Agora, o mercado financeiro tem falado em 4 reais. Há alguns dias, fui à Abimaq – Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos –, que é a grande instituição representante dos bens de capital no Brasil, e os economistas de lá chegaram à conclusão de que a taxa de câmbio que eles precisam para voltarem a ser competitivos é de 3,65 reais. O necessário deve ser, então, algo em torno de 3,50 reais. Tem que se fixar a taxa nesse patamar e mantê-la aí. Para isso, é preciso colocar um imposto sobre a exportação de produtos manufaturados. Ninguém tem coragem nem poder político para fazer isso. Os presidentes não têm poder, os deputados não o querem, os empresários têm medo, e assim vai. É por isso que estou muito pessimista em relação ao futuro do Brasil. O país está quase estagnado há quase 35 anos e não vejo à frente possibilidades de isso mudar. As pessoas sequer entendem qual é o problema. Entre 1980 e 1994, tínhamos a alta inflação e a dívida externa. Nos últimos 12 anos, quando os desenvolvimentistas estiveram à frente, eles foram sociais e bem-sucedidos nisso; mas no plano do desenvolvimento mesmo não o foram. Um pouco por incompetência, um pouco por falta de sorte.

“Não se pode sacrificar tudo em nome do consumo imediato”

Como deveria, então, ser um novo pacto para reverter o processo atual?

Do ponto de vista político, seria preciso uma contraposição ao pacto neoliberal, formado por capitalistas rentistas – que vivem de rendas e não de serem empresários –, por financistas – que administram a riqueza dos rentistas – e por interesses estrangeiros. Seria necessário, então, um pacto desenvolvimentista que associasse empresários industriais, trabalhadores, burocracia pública e certos setores da classe média mais intelectualizada. O Lula tentou fazer isso quando assumiu em 2003. E fez um esforço grande nesse sentido; a Dilma também tentou – com menos habilidade que ele, é claro –, mas o fato é que eles não foram suficientemente competentes ou não tiveram coragem ou apoio suficiente na sociedade para neutralizar a “doença holandesa” e para voltar a aumentar a capacidade de poupança do Estado, que desde os anos 1980 está negativa.

Que reforma querem os chilenos?

Educação

Promessa de campanha da presidente Bachelet ainda não decolou

Em janeiro deste ano, foi aprovado pelo congresso chileno o primeiro pacote de leis apresentado pelo governo de Michelle Bachelet. Para o encarregado nacional estudantil da Izquierda Autónoma, Andrés Fielbaum, o projeto é “pouco transcendente, pois em vez de fortalecer a educação pública, visa principalmente à perseguição dos abusos mais berrantes da iniciativa privada”.

Em 2013, Andrés presidiu a Federación de Estudiantes de la Universidad de Chile (Fech), sucedendo a Gabriel Boric (2012) e Camila Vallejo (2011), dois dos quatro líderes estudantis eleitos deputados no pleito daquele ano. Além deles, Bachelet, que começou no ano passado seu segundo mandato como presidente, venceu o pleito com o compromisso de fazer uma reforma radical no sistema educacional chileno. Estabelecido durante o governo militar de Pinochet, esse sistema tem sido alvo de protestos que reuniram centenas de milhares de estudantes nas ruas do país entre 2011 e 2012.

Lucro – Durante a ditadura de Augusto Pinochet, privatizou-se o ensino e facilitou-se que empresários ganhassem dinheiro com escolas e faculdades, embora o lucro já fosse proibido por lei. Os ganhos dos

empresários da educação, porém, só aumentaram desde aquele período. Mesmo depois do fim do regime de exceção chileno, esses agentes lançaram mão de estratégias que driblavam facilmente a legislação e a pouca fiscalização. Um caso típico, conforme Andrés, ocorria quando o dono da universidade era também o dono dos edifícios. A universidade utiliza esses prédios, “e o proprietário cobra um aluguel a um preço absurdamente alto”.

Ainda que o desejo pelo fim do lucro por parte de instituições privadas de ensino seja um dos poucos pontos consensuais quanto à reforma, a maneira de combater ao lucro da nova lei ainda encontra resistência. A Izquierda Autónoma de Boric e Andrés considera brandas as punições previstas para os empresários, além de não combater os lucros alcançados com o aluguel dos imóveis. Por outro lado, colégios privados acham exíguo o prazo até 2018 para se tornarem legalmente instituições sem fins lucrativos.

Gratuidade – Segundo o professor da Faculdade de Educação da UFRGS Juca Gil, o ensino básico chileno já era universal nos anos 1960, quando cerca de 80% das matrículas eram públicas, com administração centralizada no governo federal, além de o ensino ser totalmente gratuito. Na época de Pinochet, houve uma reformulação na educação que municipalizou as escolas públicas e criou um programa de subsídio federal para as escolas, de acordo com o número de alunos. As subvenções passaram a ser concedidas não só aos colégios públicos, mas também aos privados, que, por sua vez, poderiam cobrar mensalidades dos pais dos alunos.

Conforme Juca, a ideia seria “descentralizar no sentido mais típico do esquema liberal, deixando que as escolas nos pequenos espaços também tivessem a concorrência entre elas”, fossem públicas (gratuitas), subvencionadas (pagas ou gratuitas) ou particulares (pagas). O resultado imediato foi que, em poucos anos, o número de instituições públicas diminuiu substancialmente, abrindo espaço para as escolas particulares e, principalmente, para as subvencionadas, aumentando ainda mais a desigualdade do ensino.

Para o diretor de extensão e formação contínua da Universidad de la Frontera, em Temuco, Chile, Nelson Arañeda Garcés, o modelo de privatização mexeu na oferta de educação, “dando maior qualidade para os estabelecimentos privados e menor para os públicos”.

No projeto de reforma de Bachelet, as escolas que recebem dinheiro do governo serão proibidas de cobrar mensalidade dos alunos. Para Juca Gil, este seria mais um dispositivo para o Estado evitar o lucro das escolas privadas, além de tornar a educação igualitária, impedindo que as classes mais favorecidas tenham um ensino pago pelo governo, mas ainda inacessível aos mais pobres, devido às mensalidades.

Nesse ponto também existe a crítica ao fato de a reforma ser pouco revolucionária, já que ela propõe manter nas mãos das instituições privadas boa parte das escolas, com dinheiro garantido pelo governo. Além disso, também não mexe nas escolas particulares, garantindo aos mais ricos “darem uma educação ainda mais elitista aos seus filhos”, sustenta Arañeda. Por outro lado, mesmo que a lei continue permitindo doações voluntárias

às escolas, pais, alunos e donos de escolas subvencionadas têm reclamado que o subsídio do governo será insuficiente para mantê-las. O fim da cobrança de mensalidades diminuirá a qualidade do ensino de uma classe média sem recursos para bancar as mensalidades em colégios totalmente pagos.

Seleção de alunos – Em alguns estabelecimentos religiosos, para fazer a matrícula, os pais devem ter batizado o filho, ser casados na igreja e até apresentar fotos da família. Também são exigidos testes para o ingresso em todos os níveis, do pré-escolar ao secundário. Com a nova legislação, as escolas não poderão fazer qualquer tipo de seleção para a matrícula dos alunos, nem expulsá-los por insuficiência de desempenho. Caso haja maior demanda do que vagas, os colégios deverão realizar um sorteio, priorizando quem tenha irmão que estude ou pai que trabalhe na escola ou quem resida no bairro onde o estabelecimento se situa.

Juca Gil observa que o Chile foi precursor na América Latina nos testes de desempenho generalizados. As subvenções do governo são distribuídas de acordo com o número de alunos, e, somado a isso, há o bônus relacionado ao desempenho e à presença dos estudantes. Se a lógica que pensou tal sistema diz que as escolas com desempenho pior vão ter de “se mexer” para receber mais dinheiro ou vão acabar fechando, o que ocorre é o contrário. Escolas de regiões mais afastadas, com alunos mais pobres, naturalmente têm presença e desempenho pior, diminuindo a verba, enquanto escolas tradicionais têm maior demanda e seguem selecionando seus alunos,

aumentando a desigualdade.

A crítica da Izquierda Autónoma, mais uma vez, é de que a regulamentação fica apenas com as escolas que recebem dinheiro do governo, públicas ou privadas subvencionadas. Os colégios privados, assim como os chamados “colégios emblemáticos”, de grande desempenho, irão manter as normas de seleção, embora Andrés admita que algumas “práticas mais berrantes teoricamente devam terminar”.

Já a resistência de Nelson Arañeda ao fim dos testes se relaciona a uma incapacidade de as escolas de nível mais alto trabalharem com alunos vindos de escolas ruins e de condições sociais piores. “A escola por si só não é capaz de tirar as pessoas da pobreza. Desse ponto de vista, pode resultar até a falácia de que abrir os colégios a todos, sem seleção, iria melhorar. Ao contrário, iria piorar”, argumenta.

Reforma Universitária – Professor da Escola de Engenharia da UFRGS desde 1979, o chileno Jorge Rubio deu aula na Universidad de Chile nos anos 1970 e viu grandes mudanças desde o golpe, em 1973. Logo após a tomada do poder por Pinochet, cerca de 30% dos docentes foram embora. A universidade, que era pública, gratuita e de qualidade, com bons projetos, passou a ser paga e o incentivo à pesquisa e à extensão diminuiu significativamente. Enquanto isso, o número de universidades particulares cresceu enormemente, e seus ganhos com elas.

O projeto de Bachelet para a reforma no ensino superior chileno ainda não foi apresentado. Andrés Fielbaum reclama da falta de negociação e de transparência do governo com os estudantes, ficando impossível saber de que forma a administração federal pretende acabar com o lucro nas universidades. Quanto à gratuidade, também não se sabe exatamente como a presidente pretende chegar aos 70% nas universidades até o fim do mandato, conforme o prometido em campanha.

Um dos motivos para o atraso da reforma é a perda de confiança da população na classe política com as recentes acusações de corrupção no país, envolvendo inclusive o filho de Bachelet. No último dia 16 de abril, cerca de 40 mil pessoas, segundo a polícia – 150 mil, de acordo com os organizadores –, foram às ruas de Santiago protestar. Embora alguns veículos tenham noticiado que as manifestações eram contra a reforma educacional aprovada pelo congresso em janeiro, a Izquierda Autónoma (uma das organizadoras do protesto) diz que a marcha foi para que “esta política corrupta não defina o curso da reforma”. As mobilizações devem seguir intensas até o fim deste mês, quando tradicionalmente, no dia 21, a presidência presta contas do último ano e dá um indicativo das áreas em que se concentrarão os investimentos políticos e econômicos do ano seguinte.

Antônio Assis Brasil, aluno do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico



Em 2011, estudantes deram início aos protestos, exigindo a reforma do sistema educacional de seu país em frente à Universidad de Chile



O desafio da obesidade

Saúde

Como enfrentar a doença que atinge 17,9% dos brasileiros

Rodrigo se deslocava de São Leopoldo a Porto Alegre quando o pneu do carro furou. Em meio ao frio e à chuva no inverno de 2013, passou quarenta e cinco minutos em uma tentativa frustrante de trocar o equipamento. Exausto, ligou para um amigo ir resgatá-lo. Ele pesava 230 quilos e, naquele momento, sentiu o peso da doença que vinha retirando aos poucos sua capacidade de realizar coisas que pareciam banais.

Pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde em dezembro de 2014 aponta que a obesidade afeta 17,9% dos brasileiros. Em Porto Alegre, 55% da população se enquadra nessa condição. Para Rogério Friedman, endocrinologista e professor da Faculdade de Medicina da UFRGS, a obesidade é uma doença e não somente uma questão estética: “Trata-se de uma doença crônica e que, de certa forma, tem mecanismos inflamatórios por trás dela que envolvem o tecido gorduroso. Não é um problema estético. É uma doença e pode acarretar o grande risco de aquisição de outras enfermidades”.

Quando Rodrigo Ramos resolveu mudar seu estilo de vida, já sentia fortes dores nas costas e começava a desencadear um quadro de pressão alta. “As chances de desenvolver determinadas doenças tornam-se maiores em pacientes obesos”, explica Rogério. Conforme o médico, a chance de um obeso ter diabetes é muito maior do que uma pessoa que está com o peso adequado. A hipertensão arterial (pressão alta) também acompanha frequentemente a obesidade.

Fatores sociais – Para entender a incidência da obesidade, é preciso olhar para aspectos sociais. Em uma sociedade cada vez mais veloz, as refeições se tornam rápidas e instigam escolhas inadequadas. “Nós não temos mais aquele estilo de vida em que pessoas iam para casa almoçar comida caseira, um almoço balanceado com verduras e frutas”, explica Rogério. A indústria alimentícia estimula o consumo de alimentos processados por meio da publicidade, principalmente direcionada às crianças. “O apelo é enorme, existe uma indústria que precisa ganhar. A oferta de produtos é grande, e as pessoas também querem consumir”, explica.

O sedentarismo é um agravante que converge com a automatização das tarefas e a mobilidade urbana: “O uso do controle remoto, do elevador. Tem gente que usa o elevador pra subir ou descer um andar. As calçadas da cidade são um horror, as pessoas se ma-



Rodrigo Ramos venceu a obesidade sem recorrer à cirurgia bariátrica, mudando seu estilo de vida e iniciando a prática de exercícios

chucam. O transporte público é ruim e o pedestre está sempre em desvantagem. A questão da gestão pública também tem impacto na obesidade”, afirma o docente.

Rodrigo vinha engordando desde os sete anos de idade. Sua relação com a comida tem ligação direta com a ansiedade. Quando se sentia estressado ou triste, presenteava-se com alimentos calóricos. Algo que conseguiu perceber somente aos 28 anos com a ajuda de uma psicóloga. O impacto psicológico é um fator importante a ser considerado. Na visão do endocrinologista, os obesos são discriminados e, dependendo da pessoa, pode haver um isolamento social ou até mesmo depressão: “É um impacto que não é muito medido. Quando tu começa a trabalhar com pacientes obesos, vêes que eles sofrem consequências muito grandes dessa questão toda”.

Preconceito velado – O mercado de trabalho exige qualificações. No entanto, segundo Rodrigo, é um ambiente em que a estética define quem fica com a vaga: “Se tiver um cara gordo e um magro concorrendo à mesma vaga, o gordo pode até ser um pouco mais qualificado, mas eles vão escolher o magro. Claro que ninguém vai dizer isso na tua cara, mas tu sabe que é assim”.

Entre 2003 e 2006, no projeto de pesquisa *Representação Social da Obesidade*, coordenado pelo professor Rogério, graduandos em Medicina realizaram entrevistas em diversos setores da sociedade. O levantamento constatou que há maior índice de preconceito no setor de Recursos Humanos: “Fizemos entrevistas com grupos focais em locais de RH, e nitida-

mente surge o preconceito. Isso tá no inconsciente das pessoas, mas aparece quando usamos técnicas de entrevista em grupos e técnicas psicológicas. A gente vê que as pessoas têm alguma coisa que coloca o indivíduo obeso em desvantagem”, diz o docente.

Os obesos sofrem discriminação e podem tornar-se depressivos

Tratamento – Na medicina, a obesidade é diagnosticada pelo Índice de Massa Corporal (IMC). A pessoa que apresentar o índice igual ou maior que 30 kg/m² é considerada obesa. Indivíduos com o valor de 40 kg/m² podem recorrer à cirurgia bariátrica. Para realizar a operação, o paciente precisa ter sido tratado anteriormente por um período mínimo de até dois anos. Se o tratamento de forma multidisciplinar, com médico, nutricionista, psicólogo, utilizando todos os recursos não cirúrgicos disponíveis, falhar, então é indicado o procedimento cirúrgico.

Em setembro de 2013, Rodrigo foi ao SUS para entrar na fila de espera pela cirurgia bariátrica. Para ele, emagrecer de outro modo parecia impossível. No Serviço de Apoio ao Obeso (SAO) do Hospital Regina, em Novo Hamburgo, o médico disse a Rodrigo que para realizar a operação ele precisaria perder 30 quilos. Com o acompanhamento de uma

nutricionista e uma psicóloga, ele emagreceu 10 quilos em um mês. No final do ano, havia perdido os 30 quilos necessários.

O rumo da história mudou quando ele percebeu que podia ir além. Colocou, então, a cirurgia em modo de espera e optou por continuar emagrecendo por conta própria. Começou a fazer natação, depois incrementou a rotina com algumas pedaladas de bicicleta, algo que sempre gostou de fazer, mas que, devido ao seu peso, não conseguia, e por último, iniciou a musculação. Passado pouco mais de um ano, Rodrigo abandonou a ideia de realizar a operação e está com 100 quilos a menos e usufruindo do cotidiano de outra maneira: “Toda essa coisa de caminhar melhor, respirar melhor. Antes eu não podia dirigir qualquer carro, em alguns veículos o cinto nem fechava. Chegar na casa de alguém e oferecerem uma cadeira de praia pra sentar e tu poder sentar, hoje em dia, é normal. São coisas pequenas, mas que fazem a diferença”.

Em essência, o tratamento não cirúrgico com crianças e adultos é o mesmo. Possui, porém, uma abordagem diferente: “Com o adulto, tu vais lidar com o próprio paciente e fazer esse processo de reeducação: ensinar o indivíduo a comer, a aumentar o gasto de energia com exercícios. Com a criança, a gente tem de trabalhar a família. Ver qual é a relação deles com o alimento e com a criança. A questão da atividade física na infância hoje é um problema muito grave. Elas ficam muito tempo na frente da telinha, no vídeo game, no computador, no smartphone, na televisão”, explica.

O apoio da família se torna

fundamental. Rodrigo trabalha em casa e ter a ajuda da mãe para preparar as refeições balanceadas foi primordial no processo de emagrecimento: “Eu tive esse auxílio extra que foi a minha mãe preparando a minha comida. O médico dizia que ela precisava emagrecer e ela achava impossível, mas acabou perdendo 18 quilos quando abraçou esse projeto comigo. Mas mesmo que tu tenhas de preparar tua comida, não é uma desculpa. É mais complicado, mas é possível”.

Na opinião de Rogério, muitos obesos podem superar a doença como um desafio pessoal: “Vontade todo mundo tem, muitos dizem que o obeso não tem força de vontade. Isso é preconceito. Ninguém quer ficar doente. A doença é mais complexa do que isso, ela afeta toda a relação da pessoa com a comida, o controle do apetite. É possível o indivíduo gravemente doente superar isso como um desafio pessoal. Ele sofre uma transformação que a gente não sabe exatamente qual é e segue em frente na luta contra a obesidade sem a necessidade de cirurgia”, observa.

Rodrigo quer emagrecer mais e chegar aos 110 quilos para realizar a cirurgia plástica reparadora, a fim de retirar o excesso de pele: “Eu acho que tenho de fazer por que é a cereja do bolo. Passei tanto trabalho... O que é passar um pouco mais e deixar a coisa zerada?”. Para ele, não dá para desistir diante dos tropeços: “O principal é a mudança partir de ti e tu não te desesperar quando der uma tropeçada, porque vai isso acontecer muitas vezes. É só começar que dá certo”.

Jéssica Menzel, estudante do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico



Conflito interminável

Sociologia Para entender as relações entre patrões e empregados no mundo contemporâneo

Ânia Chala

No mês em que se comemora o Dia do Trabalho, refletir sobre suas estratégias de organização implica expor o conflito entre capital e trabalho. Desde muito antes da instituição da data como homenagem aos operários mortos nos protestos de 1886 em Chicago, há uma ciranda infundável de ações e reações indissociáveis da dinâmica capitalista.

O livro lançado em março pela professora do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS Lorena Holzmann reúne três textos que analisam o tratamento dado à força de trabalho no capitalismo contemporâneo.

No capítulo sobre taylorismo, fordismo e toyotismo, diz-se que a organização dos processos de trabalho e de produção na sociedade capitalista responde sempre às condições de confronto entre capital e trabalho. “Cada um dos sistemas examinados nasce em contextos com características que expressam aquele confronto. Num sistema internacionalizado, os resultados obtidos com inovações técnicas e/ou organizacionais tendem a se difundir sob o estímulo da competição”, observa a autora. “No entanto, em cada contexto esses sistemas são adequados às condições históricas específicas, das quais a relação capital/trabalho é parte. Há intérpretes do toyotismo que enfatizam seu caráter perverso (mais do que nos outros sistemas) por relegar aos próprios trabalhadores os mecanismos de controle e de pressão sobre a força de trabalho.”

No segundo texto, é abordada a especificidade do processo de industrialização gaúcho, com foco no papel desempenhado pela base ar-



NH697 / FLOKRS - LICENÇA CC BY-NC 2.0

tesanal constituída pelos imigrantes. Ao analisar os benefícios oferecidos pelos empresários a fim de manter uma mão de obra qualificada e escassa no início do século passado, a docente detalha também as normas de conduta impostas por proprietários e gerentes – às vezes em flagrante abuso de poder. Questionada se tais práticas persistiriam na atualidade, ela assegura: “Sempre há formas de pressão e de controle da força de trabalho, a fim de que ela cumpra com o pretendido pelas empresas. Hoje a legislação regulamenta as relações entre capital e trabalho, inibindo o arbítrio do empresariado no geren-

ciamento da força de trabalho – sob risco, com a tramitação no parlamento do PL sobre terceirizações. Mas estudos realizados em empresas revelam práticas ‘informais’ de controle e abuso do poder dos empregadores. Como exemplo: o controle do tempo e da frequência de idas ao sanitário, e o assédio moral que, quando denunciados, podem favorecer os trabalhadores”, explica. Contudo, Lorena observa que isso nem sempre ocorre por medo da perda do emprego.

No capítulo final, é apresentado um estudo de caso sobre a Metalúrgica Wallig de Porto Alegre.



Controle e disciplinamento da força de trabalho: estratégias e resistências

Lorena Holzmann
Porto Alegre: Escritos, 2015
134 páginas
R\$ 32 (preço médio)

Nos anos 1950, para aumentar sua produção de fogões a gás, a fábrica investiu em mudanças no modo de trabalhar que geraram conflitos entre operários, gerentes e engenheiros contratados para otimizar a produção. Uma das soluções foi

empregar mulheres para atuar em setores até então exclusivamente masculinos. Nesse sentido, Lorena considera que “seguem os embates que marcaram a luta feminina por oportunidades iguais em todas as esferas da vida”, conclui.



A noite da arma

David Carr | Rio de Janeiro: Record, 2012
413 páginas | R\$ 50 (preço médio)

Reportagem para lembrar

Alguém já disse que a história norte-americana por natureza é a da redenção. O sujeito passa por provações, mas se redime em um final feliz. O texto de David Carr parece se encaixar nesse roteiro. Entretanto, vai além e, no fim, acaba por pregar uma peça no destino. Carr faleceu em fevereiro, vitimado por um enfarto fulminante que o encontrou trabalhando na redação do *The New York Times*. A leitura de seu livro, originalmente publicado em 2008 e traduzido no Brasil em 2012, ajuda a entender o desfecho. Entre a autobiografia e a reportagem, ele tenta, usando as ferramentas da última – entrevistas, pesquisa em documentos hospitalares, boletins policiais e fotografias –, aproximar a lembrança que tem dos fatos por que passou de uma narrativa verossímil sobre sua vida. O cotejamento, partindo da noção de que a memória é normalmente frágil, no caso, é ainda mais dramático. Desde muito jovem usuário dos mais variados tipos de drogas, o jornalista esteve por quatro vezes internado em programas para dependentes até que, por conta do nascimento das filhas

gêmeas com Anna, ex-esposa, também viciada, encarou um último tratamento. Ao relembra da bebedeira logo após a notícia da dupla gravidez, revelou a extensão da crise em que mergulhara: “Será que eu realmente tentei processar as implicações de trazer não um, mas dois novos seres sensíveis para o Vale da Morte em que eu perambulava? Será que olhei no espelho e disse: ‘Você não tem nada mais a fazer do que infligir você mesmo a qualquer pessoa pequena, dependente e indefesa?’” [p. 143]. Pois as meninas, Erin e Meagan, parecem ter ajudado em sua recuperação. Não sem recaídas, e até que percebesse que nunca seria “normal”. “Parte da razão pela qual tentei beber, depois de 14 anos, foi que eu tinha ficado tão confortável em uma vida cercada de normalidade que pensei que eu era normal. [...] Dois anos de fazer reportagens e um monte de conversas constrangedoras mais tarde, compreendi que mesmo que viva em uma casa normal da metade do século, em uma rua normal de uma cidade normal, isso não significa que eu também o seja” [p. 408]. (Flávio Dutra)



Comunicação e redemocratização no RS: uma abordagem histórica

Grupo de Pesquisa em História da Comunicação da Fabico/UFRGS
Florianópolis: Insular, 2014 | 258 páginas | R\$ 48 (preço médio)

Mídia e transição

Produto do esforço conjunto de 11 professores do Departamento de Comunicação, três estudantes de pós-graduação do PPG em Comunicação e Informação e quatro bolsistas de iniciação científica – todos vinculados à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS –, a publicação é leitura esclarecedora sobre uma época recente da história. O período de inconstitucionalidade deflagrado pela “revolução sem armas” de 1964 que destituiu o presidente João Goulart foi amparado por propaganda ideológica – “Brasil, ame-o ou deixe-o”, dizia um slogan governamental da época – e marcado por censura e tortura. Nesse sentido, entender a retomada da democracia e a relação desse processo com a comunicação é fundamental para que se possa fazer uma avaliação mais precisa da abertura democrática e do reestabelecimento da ordem constitucional no país. As propostas de reflexão mais pontuais apresentadas no livro se debruçam sobre a cobertura das Diretas Já por *Zero Hora*, o jornalismo

produzido pela Rádio Gaúcha, a sucursal do jornal alternativo *Pasquim* na capital, a revista *Oitenta* da editora L&PM, a propaganda política de Jair Soares para o governo do estado e o *Jornal Meridional* da TV Pampa. O livro inclui, ainda, capítulos que propõem discussões mais abrangentes sobre a publicidade e as relações públicas gaúchas no período. Síntese do mérito desse trabalho de pesquisa, análise e relato é o ponto de vista explicitado pela pesquisadora argentina Mirta Varela no prefácio da obra: “Revisar o papel da mídia na transição entre ditaduras e processos de retorno às democracias formais na América Latina supõe enfrentar questões básicas e centrais ao mesmo tempo”. No livro, a comunicação não apenas aparece como ator secundário do processo histórico, emerge como elemento constituinte e constituidor dessa realidade que, apesar de presente na memória coletiva, ainda precisa ser mais bem compreendida à luz do olhar distanciado pelo tempo. (Everton Cardoso)



FLÁVIO DUTRA/JU



Cinemateca dispõe de sala com 164 lugares, biblioteca e espaço para exposições, além de um acervo dedicado ao cinema

História de persistência

Patrimônio Reabertura do Capitólio marca investimento na memória do cinema gaúcho

Em 27 de março, em meio às festividades do aniversário de 243 anos de Porto Alegre, a Cinemateca Capitólio foi reaberta ao público. Uma sessão fechada para autoridades, críticos de cinema e imprensa serviu como cerimônia oficial. Nela, foi exibido o curta-metragem *Início do Fim*, de Gustavo Spolidoro, gravado no mesmo espaço em 2005, pouco depois do começo das obras de recuperação. Seria o primeiro filme exibido no prédio, tombado como patrimônio histórico da cidade e do estado há 21 anos.

Na noite do mesmo dia, uma sessão aberta ao público apresentou o primeiro longa-metragem sonoro realizado no Rio Grande do Sul, *Vento Norte*, de Salomão Sciar. Durante o fim de semana, exhibições gratuitas ofereceram a oportunidade de reencontro da população com esse marco do cinema da capital.

Para Marcus Mello, coordenador de Cinema, Vídeo e Fotografia da Secretaria de Cultura de Porto Alegre, as longas filas nesses primeiros dias impressionaram: “Todas as sessões tiveram lotação esgotada, com cerca de 100 pessoas voltando para casa sem conseguir entrar. O que foi uma surpresa para nós, pois sabemos que os hábitos do público mudaram. Mas percebemos que há uma nostalgia pelos cinemas de rua”.

Desde que encerrou suas atividades comerciais, o edifício passou por várias adversidades. O abando-

no, a queda do telhado e sacos de lixo depositados na fachada foram apenas alguns dos obstáculos. A história da transformação do Cine Theatro Capitólio em Cinemateca passa por 16 anos de uma mobilização que envolveu setores da sociedade civil, do Estado e entidades de classe, além de 11 anos de obras.

Novo velho cinema – O Cine Theatro Capitólio foi inaugurado em 1928 com 1.295 lugares e dois andares de camarotes. O espaço era tamanho que, em ocasiões festivas, as cadeiras eram retiradas e o cinema virava um salão de festas. Eram famosos, por exemplo, os bailes de carnaval ali realizados. Durante as décadas seguintes, ocorreriam novas reformas estruturais: “Nos anos 30, foi removida a segunda plateia por questões de segurança. O prédio não tinha estrutura para aguentar dois pavimentos de camarotes. Em outro reparo, foram retirados os camarotes laterais” explica Marcus.

Para a reabertura, foram mantidos os detalhes arquitetônicos da época, fortalecendo a relação com o passado. Ao entrar na sala, hoje, vemos o pé direito alto, os ornamentos acima da tela, de mesmo tamanho e altura que a original, e as janelas para a rua. Foi preciso, entretanto, adaptar o espaço ao que se espera de um cinema moderno, com a plateia em formato *stadium* e cadeiras acolchoadas.

Olhando os números originais, os atuais 164 lugares parecem humildes. Essa diminuição está relacionada à demanda atual da maioria dos cinemas: “Lotar uma sala para 1.300 pessoas hoje em dia não é uma realidade; mesmo as maiores salas de shopping abrigam entre 350 e 400 assentos”, afirma o coordenador.

Acervo – Além de biblioteca, espaço para exposições e de uma

sala menor reservada para cursos e palestras, o prédio conta agora com quatro andares construídos atrás da tela, destinados a receber um acervo de filmes, fotografias, livros, roteiros e outros materiais ligados à história do audiovisual gaúcho. “A ideia era devolver um cinema de rua para a população em um prédio tombado de relevância arquitetônica reconhecida. Mas essa outra função é um diferencial, pois torna o local um espaço de memória do cinema”, lembra Marcus.

O acervo foi constituído durante a década de 90, época em que a Coordenação de Vídeo e Fotografia da Prefeitura passou a guardar doações de material ou de filmes financiados pelo Fumproarte. Tudo ficava armazenado na Usina do Gasômetro, mas faltava espaço adequado e pessoal especializado para lidar com a conservação e promover o diálogo com outras instituições que realizam trabalho semelhante. Isso passa a acontecer agora.

Mobilização – Em junho de 1994, o Capitólio terminou sua vida como exibidor comercial de maneira melancólica. E não foi o único: no mês de seguinte, outras cinco salas da capital encerraram atividades. Era o crepúsculo dos cinemas de rua. Já há muito tempo abandonados pelo grande público em favor da comodidade das salas de shoppings.

O Capitólio escapou do destino da maioria desses estabelecimentos, transformados em bingos, templos ou estacionamentos. Três meses depois do fechamento, o município adquiriu o imóvel, visando à sua recuperação. No ano posterior, o então prefeito Tarso Genro converteu o edifício em patrimônio histórico da cidade. Mas a renovação só começaria a tomar forma na virada do milênio, em grande parte, graças à mobilização dos moradores

do entorno do Capitólio. Em 1999, foi organizado um abaixo-assinado exigindo o começo das reformas. Com o respaldo de duas mil assinaturas, recolhidas em uma manhã de sábado na Praça Daltro Filho, situada defronte ao prédio, foi fundada a Associação de Amigos do Cine Theatro Capitólio (Aamica).

“Eu nunca tinha me dado conta da importância do Capitólio para a região até o momento em que fiquei sabendo do movimento, quando houve o primeiro abaixo-assinado de moradores”, lembra o engenheiro Luiz Antônio T. Grassi, que mora há duas quadras do cinema. Grassi conta que, ao ver o engajamento dos vizinhos, lembrou seus tempos de frequentador da sala. Ele e sua esposa ingressaram na entidade e, pouco depois, ele assumiu como um dos dirigentes.

A principal função da Aamica era demonstrar o interesse público na revitalização do cinema e zelar pelo imóvel: “Esse processo de militância deles foi um dos fatores que ajudou a sustentar o projeto. Havia uma comunidade inteira de moradores engajada em não deixar que esse prédio fosse demolido”, reconhece Marcus.

Entre as ações promovidas pela entidade durante os 16 anos desde a sua criação estavam visitas guiadas às obras com o objetivo de difundir a ideia da revitalização. “Foi um sucesso, as pessoas se interessavam, e isso reforçou a ideia de que era importante trazer de volta o cinema para a população”, conta Grassi.

Projektor – Com as obras de restauro entregues em abril de 2014, teve início o processo de aquisição dos equipamentos. O espaço foi inaugurado com dois projetores 35 mm, exigência básica para ser uma cinemateca. Porém, segundo Marcus, o mercado vive um período

em que os filmes em película estão acabando. As novas produções costumam chegar todas em formato digital. Para rodá-las, seria necessário um projetor Digital Cinema Package (DCP).

A tecnologia, lançada no mercado em 2008, visa a uma digitalização completa do processo desde a filmagem. Até um tempo atrás, mesmo as obras gravadas no formato digital precisavam ser transportadas para película a fim de serem exibidas, processo custoso e demorado. Para resolver essa situação, criou-se o DCP, formato de arquivo único que garante uma qualidade similar à projeção de 35 mm. “Quando o projeto original começou, por volta de 2003, não estava prevista a compra desse equipamento, até porque ele nem existia naquela época”, explica Marcus. “Então, esse é o nosso próximo desafio”, complementa.

Comunidade – A volta do Capitólio remete a outro modelo de vida urbana. Os cinemas de calçada representavam não só um lugar para assistir a filmes, mas um espaço de socialização do bairro. Ainda que a nova cinemateca tenha outras funções e provavelmente outro sentido, é certo que todo o processo que culminou na reinauguração oferece um modelo de integração possível entre a comunidade e os demais agentes sociais.

Como assegura Marcus Mello: “Acho que é assim que as coisas devem funcionar, não é? Uma cooperação entre entidades de classe, como a APTC, a Fundacine, a comunidade, representada pela Aamica, e o Estado, no caso a Prefeitura de Porto Alegre, que comprou o prédio e foi atrás de recursos para realizar as obras”.

Igor Porto, estudante do 8.º semestre de Jornalismo da Fabico



► **Redação** Ânia Chala | Fone: 3308-3368 | Sugestões para esta página podem ser enviadas para jornal@ufrgs.br

DESTAQUE



Identidade regional em debate

Extensão

Cinco encontros para tentar entender Nosoutros Gaúchos

Em meio a tantas crises no campo da política, da economia e da ética, talvez seja o momento de pensar sobre nós mesmos, sobre nossas tradições, transformações e permanências. Partindo dessa proposta, o Departamento de Difusão Cultural da Pró-reitoria de Extensão lançará, no próximo dia 6, o ciclo *Nosoutros Gaúchos*.

De acordo com Sinara Robin, coordenadora da iniciativa, o DDC foi procurado por Jaime Bets e Eduardo Mendes Ribeiro, representantes do Instituto APOA (Associação Psicanalítica de Porto Alegre), que propuseram a realização do evento em parceria. “Nós topamos, principalmente pelo momento em que esse assunto surge. Muito mais do que dissertar sobre questões como identidade, queremos lançar perguntas que nos auxiliem

a pensar sobre nós mesmos”, explica. Serão cinco encontros com historiadores, antropólogos, psicanalistas, sociólogos, escritores e jornalistas que foram convidados não para serem palestrantes, mas para sistematizarem certos temas e ajudarem os participantes a refletir.

Na estreia, os professores Luiz Osvaldo Leite, Donald Schüler e Tau Golin irão abordar os sintomas sociais da crise de identidade dos gaúchos. “Vamos começar esclarecendo por que batizamos o ciclo de *nosoutros* – um jogo com a palavra espanhola *nosotros*, que tem o sentido de estar junto e carrega uma ética solidária que não separa o nós de os outros. Pretendemos dialogar sobre as nossas raízes e o nosso modo de ser e sobre o sofrimento ou o mal-estar que eles nos trazem”, ressalta Sinara, para quem os mitos de origem em relação à autoimagem de um estado pujante e politizado tem sido sistematicamente desmentidos pelos vários índices de desenvolvimento.

Os encontros ocorrerão mensalmente no Salão de Festas, às 20h30min, em meio à exposição da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo, que apresenta

parte do acervo do Instituto de Artes da Universidade. “O local escolhido não serve apenas como um cenário, mas representa toda uma história recontada por meio dos quadros e esculturas que registram visões do cotidiano gaúcho em diferentes períodos históricos”, observa. No encerramento do ciclo, em 3 de outubro, será realizado um evento no Salão de Atos para o qual serão convidados especialistas dos países vizinhos para discutir o modo como lidam com suas questões de identidade.

A atividade tem vagas limitadas e inscrições gratuitas no site do DDC, sendo que os inscritos terão acesso a conteúdos exclusivos, como textos, imagens e vídeos. Os encontros serão gravados e disponibilizados no site do evento. Os participantes com no mínimo 75% de frequência terão direito a um certificado de extensão, e os professores e técnicos que se inscreverem via sistema da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas da UFRGS poderão incluir o certificado como atividade de capacitação. Estudantes poderão utilizar o certificado como atividade complementar. Mais informações pelo telefone 3308-3933.

CINEMA

Mostra Wim Wenders

A Sala Redenção exibe até o dia 29 uma substancial parte da filmografia de um dos grandes nomes do Novo Cinema Alemão. Sessões com entrada franca. Curadoria: Tânia Cardoso de Cardoso

A LETRA ESCARLATE (*Der Scharlachrote Buchstabe*, Alemanha, 1973, 86 min) Sessões: 4 de maio, 16h; 8 de maio,

NO DECURSO DO TEMPO (*Im Lauf der Zeit*, Alemanha, 1976, 168 min) Sessões: 4 de maio, 19h; 5 de maio, 16h

O AMIGO AMERICANO (*Der Amerikanische Freund*, Alemanha, 1977, 127 min) Sessões: 5 de maio, 19h; 6 de maio, 16h; 28 de maio, 16h

TOKYO GA (Estados Unidos, 1985, 92 min) Sessões: 6 de maio, 19h; 7 de maio, 16h; 28 de maio, 19h



O ESTADO DAS COISAS (*Der Stand der Dinge*, Alemanha, 1982, 116 min) Sessões: 8 de maio, 19h; 11 de maio, 16h; 29 de maio, 16h

ASAS DO DESEJO (*Der Himmel Über Berlin*, Alemanha, 1987, 127 min) Sessões: 11 de maio, 19h; 12 de maio, 16h; 27 de maio, 16h Dia 11, após a sessão, debate com o professor do curso de audiovisual da Unisinos Fernando Mascarello.

DE VOLTA AO QUARTO 666 (*Back to Room 666*, Brasil, 2008, 15 min), de

Gustavo Spolidoro + **QUARTO 666** (*Chambre 666*, França, Alemanha, 1982, 45 min) Sessões: 12 de maio, 19h; 13 de maio, 16h Dia 12, após a sessão, debate com Gustavo Spolidoro, professor do Curso Superior de Tecnologia em Produção Audiovisual da PUCRS.

PARIS, TEXAS (Alemanha, 1984, 147 min) Sessão: 14 de maio, 19h Após a sessão, debate sobre a trilha sonora do filme com Marcelo Pizarro Noronha, antropólogo, pesquisador e músico.

CADERNO DE NOTAS SOBRE ROUPAS E CIDADES (*Aufzeichnungen zu Kleidern und Städten*, Alemanha, 1989, 79 min) Sessões: 14 de maio, 16h; 15 de maio, 16h

O CÉU DE LISBOA (*Lisbon Story*, Alemanha, 1994, 99 min) Sessões: 15 de maio, 19h; 18 de maio, 16h

UM TRUQUE DE LUZ (*Die Gebrüder Skladanowsky*, Alemanha, 1995, 79 min) Sessões: 18 de maio, 19h; 19 de maio, 16h

ESTRELA SOLITÁRIA (*Don't Come Knocking*, EUA, 2005, 124 min) Sessões: 19 de maio, 19h; 20 de maio, 16h; 26 de maio, 19h

INVISÍVEIS (*Invisibles*, Alemanha, 2007, 106 min), de Isabel Coixet, Wim Wenders, Fernando León de Aranoa, Mariano Barroso, Javier Corcuera Sessão: 21 de maio, 16h

UM FILME PARA NICK (*Lightning Over Water*, Alemanha, 1980, 87 min) Sessões: 21 de maio, 19h; 22 de maio, 16h

ALICE NAS CIDADES (*Alice in den Städten*, Alemanha, 1974, 112 min) Sessões: 22 de maio, 19h; 25 de maio, 16h; 27 de maio, 19h

PINA (*Pina*, Alemanha, França, Reino Unido, 2011, 103 min) Sessões: 25 de maio, 19h; 26 de maio, 16h; 29 de maio, 19h

MÚSICA



Recital com Blair McMillen

Apresentação do pianista norte-americano, cujo repertório vai de peças para teclado do período final da Idade Média a composições do século XXI. Brian é membro do sexteto Grand Band, que reúne destacados pianistas de Nova Iorque. Coordenação: Cristina Capparelli. Data: 20 de maio Local e horário: Auditorium Tasso Corrêa, 19h Entrada franca

Vale Doze e Trinta

Projeto que abre espaço para que grupos musicais divulguem seu trabalho, por meio de apresentações mensais com entrada franca. Inscrições e informações no site difusao-cultural.ufrgs.br.

DOZE DOSES

Show com o grupo que defende uma ideia libertária de rap tanto no campo da poesia como no dos arranjos. O instrumental flerta com o samba, a bossa-nova, o reggae, o blues e o maracatu. Leo das Doses (baixo), Mário Ferrolho (guitarra), Jhow Cavalheiro (bateria) e Lucas Mallmann (percussão) preparam o ritual sonoro para as poesias e composições do rapper Kaue da Doze. Data: 19 de maio Local e horário: Praça Central do Câmpus do Vale, 12h30

ONDE?

► **Auditorium Tasso Corrêa** Senhor dos Passos, 248 - térreo Fone: 3308-4318

► **Museu da UFRGS** Osvaldo Aranha, 277 Fone: 3308-3390

► **Praça Central do Câmpus do Vale** Bento Gonçalves, 9.500 Fone: 3308-3933

► **Pinacoteca Barão de Santo Ângelo** Senhor dos Passos, 248 - 2.º andar Fone: 3308-4302

► **Sala Alzira Azevedo** Salgado Filho, 340 Fone: 3308-4318

► **Sala Redenção** Luiz Englert, s/n.º Fone: 3308-3933

► **Salão de Festas** Paulo Gama, 110 - 2.º andar Fone: 3308-3034

TEATRO

TPE 2015

Temporada da mostra universitária que abre espaço para a produção dos estudantes de Teatro da UFRGS. Sessões com entrada franca.



“B'DAY [UREADY!?!]” A peça investiga a questão da identidade pessoal e a relação desta com as figuras da mídia. O espetáculo parte da história da travesti Beyoncé Knowles. Os sucessos da diva ganharão vida no palco por meio de um alterego do ator chamado “BeyTravesti”. Concepção e atuação: Luiz Manoel Dançarinos: Amanda Gatti, Bruna Castro, Guilherme Conrad, Jean Netto, Julia Walther e Paulo Czar. Orientação: Mirna Spritzer. Sessões: 6, 13, 20 e 27 de maio Local e horário: Sala Alzira Azevedo, às 12h30 e às 19h30

EXPOSIÇÃO



Projétil

Módulo I da mostra que apresenta os trabalhos resultantes das pesquisas desenvolvidas por 12 artistas formados no Bacharelado em Artes

Visuais do Instituto de Artes da UFRGS em 2014. A exposição reúne fotografias, vídeos, desenhos, pinturas, esculturas, instalações e cerâmicas. Curadoria: Marilice Corona. Artistas participantes: Amanda Copstein, Camila Raposa, Cristina MBarbieri, Cris Costa, Euripedes, Leonardo Azenha, Leonardo Valle, Marcia Braga, Marco Escada, Raquel Boff, Roberto Bitencourt e Taila Idzi. Visitação: até 7 de maio Local e horário: Pinacoteca Barão de Santo Ângelo, de segunda a sexta, das 10 às 18h Entrada franca

Presença da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo nos 80 anos da UFRGS

Exposição de obras do acervo da Universidade que recupera sua história, seu desenvolvimento e sua importância enquanto coleção pública. Idealizada pelo Instituto de Artes da UFRGS em parceria com o Departamento de Difusão Cultural. Curadoria de Blanca Brites e Paulo Gomes. Visitação: até dezembro Local e horário: Salão de Festas da reitoria, de segunda a sexta, das 10h às 18h Entrada franca

Coleções de Saberes: trajetórias de conhecimentos na UFRGS

Instrumentos, obras de arte, artefatos arqueológicos, fósseis, publicações, rochas e minerais, acervos de ensino e muitos outros elementos mostram uma visão multidisciplinar da história da Universidade e do conhecimento. Visitação: até 27 de julho Local e horário: Museu da UFRGS, de segunda a sexta, das 9h às 18h Entrada franca

Meu Lugar na UFRGS

FOTOS: FLÁVIO DUTRA/JU



Amarelo vibrante

Respeitada no meio acadêmico por suas pesquisas sobre metabolismo e neurociência, Angela Wyse se destaca também pelo seu cantinho criativo. Criatividade que não faltou para planejar um local de estudos e orientação diária de alunos. A sala da professora fica no Laboratório de Neuroproteção e Doenças Neurometabólicas do Departamento de Bioquímica.

O lugar da docente pode parecer uma sala de estar em meio a um local sóbrio, dominado pela pesquisa. Com móveis novos e antigos restaurados, paredes brancas que parecem ter sido pintadas recentemente, objetos, como o telefone e xícaras na cor rosa, e reproduções de artistas como Monet e Miró, Angela se sente em casa. “Passo a maior parte do meu tempo aqui; recebo professores e pesquisadores e estudo nesse ambiente. Acredito que todo mundo pode e deve conviver em um espaço especial, pensado ao seu gosto. Não custa tanto assim, e todas as pessoas que estão na Universidade podem fazer a sua parte”, destaca.

No teto, em lugar de uma sisuda canaleta branca para cobrir fios e cabos, o amarelo se destaca majestoso. “Já que não tenho sol direto na sala, apostei nesse amarelo. Além disso, me sinto muito mais alegre quando uso roupas nessa cor.”

Ao entrar na sala, o convidado se depara imediatamente com um belo e grande espelho retangular. A estrutura poderia ser considerada uma vaidade da professora, mas vai além, pois, segundo ela, “o espelho traz proteção e bons fluidos”. Apesar de ser uma cientista convicta, Angela não percebe conflito entre religião, sincretismo religioso e ciência. “Posso ser católica, mas me sinto bem na Bahia com aquela mistura e sintonia entre diversas religiões. Basta respeitar o próximo e separar os momentos de crença dos de estudo.”

Na UFRGS desde 1998 como docente, a rio-grandina formada na FURG teve o primeiro contato

com a Universidade ainda no mestrado.

No antigo prédio do Instituto de Ciências Básicas da Saúde (ICBS), no qual frequentava as aulas da pós-graduação, não havia a possibilidade de organizar um ambiente personalizado.

O sonho de ser professora, porém, se concretizou e, quando foi possível ter uma sala exclusiva no prédio da Bioquímica, o lugar se tornou de fato uma personificação de Angela. Sem a ajuda de arquitetos, ela criou um espaço especial. “Respeito demais esses profissionais, mas nesse lugar eu queria realmente colocar a minha marca. Acredito que o ambiente é um espaço importante para se distrair ou se concentrar. Aqui, uma hora de estudo rende muito. Já em outros ambientes, demoro a conseguir o mesmo rendimento”, considera a coordenadora-substituta do Programa de Pós-graduação em Bioquímica da Universidade.

Questionada sobre a existência de alguma crítica em relação ao seu espaço, Angela é taxativa. “Pode ser que alguém critique, mas não me importa, pois a grande maioria das pessoas se sente acolhida na minha sala. Na nossa profissão, é preciso ter muita estudo, dedicação e garra. É preciso seriedade com leveza e focar nos resultados. Não será um detalhe colorido na sala que irá mudar a minha produtividade na Universidade. A vida é linda e colorida e nos dá muitas possibilidades e ótimos resultados.”

Contribuições científicas não faltam no currículo da docente. Ela já publicou mais de 290 artigos em revistas da área, orientou mais de 40 mestres e doutores, e tem realizado oficinas voluntárias de ciência em duas escolas de Porto Alegre.

Samantha Klein

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

Perfil

Interações culturais

Ian Alexander
Australiano
com carreira no
Brasil compara
a trajetória das
duas ex-colônias

Samantha Klein

Por insólito que pareça à primeira vista, Brasil e Austrália possuem relações de semelhança. Em lados opostos do globo, ambos foram colonizados por europeus. No caso dos australianos, Sidney começou sua história como local de prisioneiros, enquanto o Brasil colônia, além de fornecer insumos para a metrópole, serviu de exílio à família real portuguesa. Quem se propôs a analisar essas peculiaridades foi o professor Ian Alexander. Nascido na terra dos cangurus, ele é docente do Instituto de Letras da UFRGS.

A vinda para o país do futebol não foi gratuita. Conheceu a esposa Carmen em um site para professores de inglês. Ambos davam aulas e frequentavam o portal de bate-papo. Após um ano de amor real e virtual, decidiram ficar juntos, e o Brasil foi o local escolhido para viver. “Prendia ficar por dois anos e retornar. Mas fui fazendo laços e hoje não pretendo voltar para um país onde teria que construir tudo de novo.” A família de Ian ficou na Oceania. Em 16 anos, ele retornou à terra natal cinco vezes, o que reduziu o contato com os pais idosos. “É uma pena que eles não possam viajar. Trinta horas em aviões e aeroportos não são fáceis”, diz saudoso.

As semelhanças – Com mestrado em Teoria da Literatura pela PUC, o tradutor comparou *O Continente* (1949), de Erico Verissimo, e *Voss* (1957), do australiano Patrick White, por meio das suas experiências coloniais e pós-coloniais. Ele diz

existir um modelo de interações culturais que caracteriza a colonização. “Estava em um grupo de pesquisa de leitura de literatura pós-colonial, no qual a tendência era dizer que os brasileiros foram colonizados pelos portugueses. Mas a verdade é que não havia brasileiros: outros povos viviam aqui e outros foram trazidos para cá. Assim, os brasileiros resultam das miscigenações. Além disso, há aquela visão de que a Austrália é primeiro mundo e nós somos colonizados. Mas não é bem assim, eles também foram colonizados, e o fato de o terem sido pela Inglaterra não quer dizer que tenha sido melhor.”

O professor fez um paralelo entre as semelhanças do período pós-colonial nos países retratados nas duas obras. Observou como estão as culturas indígenas, as colonizadoras e aquelas que foram forçadas a ir para esses países – no Brasil, os negros e, na Austrália, os prisioneiros.

Os contrastes – Para Ian, os estudos acadêmicos no Novo Mundo têm uma bagagem predominantemente europeia. A maioria dos falantes de português está no Brasil. Assim, quando os escritores escrevem nessa língua, estão praticamente falando para os brasileiros, já que, desde o século XIX, há uma tendência de determinar uma literatura basicamente para os cidadãos que moram no país, deixando de lado a herança portuguesa. “É uma forma de refutar a colonização”, diz.

“Na Austrália, não existe esse repúdio à literatura inglesa. Os australianos não querem refutar Shakespeare, Milton, Jane Austin. O mundo anglófono é um sistema único. A Austrália, em relação a Londres e Nova Iorque, funciona mais ou menos como uma relação entre Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro: como uma discussão sobre quem simbolicamente é o dono do Brasil. É uma briga comparável entre Londres e Nova Iorque. Em Londres, há o passado cultural, mas Nova Iorque é maior em termos de dinheiro. Aqui a briga é entre Rio e

São Paulo, enquanto Porto Alegre fica à margem, assim como a literatura gaúcha”, pondera.

As diferenças – Morador de Porto Alegre há 16 anos e com o português na ponta da língua, Ian não consegue se acostumar ao abismo social. “Na Austrália, a gente não vê as desigualdades porque elas estão relativamente escondidas. Você percebe que existe nas tribos aborígenes, mas não nas cidades. Aqui você sai à rua e sabe que há algo errado, mas as pessoas parecem não perceber”, critica.

Ele conta que não tinha um olhar social em relação aos problemas coletivos por residir em Sidney, uma cidade mais igualitária. Na Oceania, vivia como classe média. Já no Brasil, sabe que tem uma posição social mais elevada. “Lá, eu estava na média. Mas quando percebi que aqui a classe média de lá representa o meio do topo da pirâmide entre os mais ricos, fiquei abismado. De fato, existem abismos no Brasil. Isso me mostrou que tenho uma responsabilidade muito maior. Ainda bem que meu trabalho proporciona essa discussão com os alunos.”

Ele e Carmen adotaram William. Conhecido como Bill, o garoto negro de seis anos é influenciado pela consciência do ‘estrangeiro porto-alegrense’: “Meu filho vê as pessoas da cor da pele dele servindo aos brancos e me pergunta o porquê disso. Tenho de explicar sobre essas relações tanto tempo após o fim da colonização.”

As políticas de cotas e os convênios de intercâmbio na UFRGS têm contribuído para uma percepção mais social do Brasil, diz Ian. “Na classe, tenho uma diversidade enorme de rostos em comparação há uma década. Por exemplo: obras inglesas do século XIX valorizavam o que acontecia no núcleo da família, mas os escritores não olhavam o que ocorria na cozinha. Esses estudantes de diversas origens fazem tais questionamentos, o que nos enriquece a todos”, conclui.



Você tem o seu lugar na UFRGS?

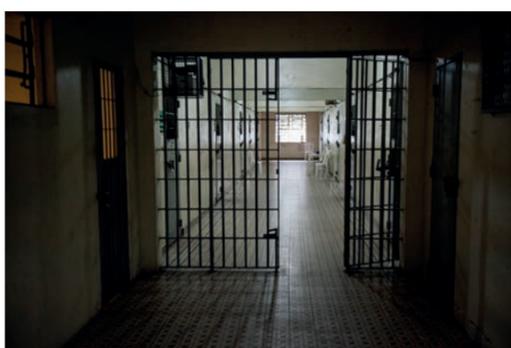
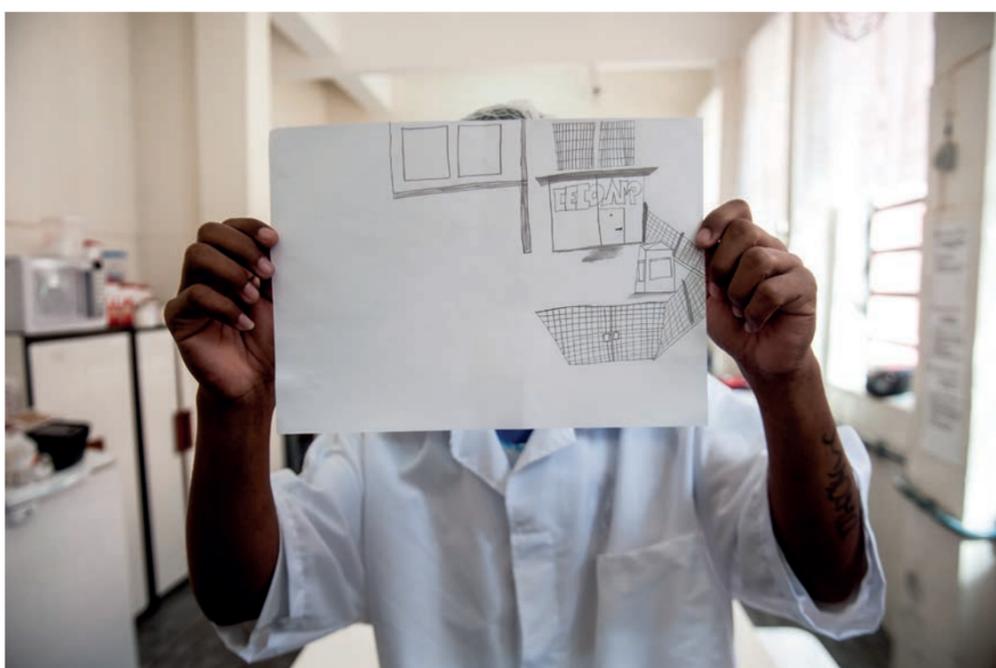
Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local



Colônia de “Férias”

FOTOS E TEXTO **FLÁVIO DUTRA**

As paredes são robustas, fortes o suficiente para suportar balas de canhão. O terreno, lúgubre, ainda que situado em área cobiçada por construtoras “prime”, foi doado pelo imperador Dom Pedro II ao padre Cacique, cuidador de pessoas estabelecido em Porto Alegre no século XIX. O prédio tem três andares e formato retangular. Sobe-se por escadas tão apertadas que parecem feitas para constranger. Faz sentido, é disso que ali se trata e, ao contrário do que muitas vezes se diz, não é uma “colônia de férias”. Ao fim da subida, uma pesada porta de ferro amarela e uma recepção escura, ainda que iluminada por lâmpadas fluorescentes às 10 horas da manhã. Outra porta amarela de ferro abre caminho para o andar da ISPAE (Internação Sem Possibilidade de Atividades Externas) – um quase-eufemismo para prisão. Afinal, é de punição mesmo que se trata, embora muitas vezes se diga que “menores cometem crimes e não são punidos”. Mais um corredor, outras portas de ferro e grades. Alguém as abre e fecha, você espera. Não, não é uma colônia de férias nem na aparência nem nos controles. Nas paredes, cartazes e avisos. Recados regulatórios: em que hora você tem de tomar banho, em que hora você tem de comer, em que hora você tem de dormir, em que hora você tem de ir ao banheiro. E celas, também fechadas com pesadas portas de ferro. Nessas portas, outros recados: os nomes e sobrenomes dos que ficam reclusos em cada espaço, colocados em um quadro de feltro marrom e verde; riscados no ferro, os nomes pelos quais se reconhecem.





Demagogia, ignorância ou má-fé

TEXTO **JACIRA CABRAL DA SILVEIRA** FOTOS **FLÁVIO DUTRA**

BRAD PITT É DEVOTO de Santa Rita de Cássia, defensora das causas perdidas. O nome fictício é escolhido pelo adolescente no final da entrevista à reportagem do Jornal da Universidade, numa das salas do Centro de Convivência e Profissionalização (Ceconp), na zona sul de Porto Alegre. Minutos antes, o garoto de quase 1m90 segurava um pequeno pincel com tinta numa cor rosada com que retocava com atenção a face da estatueta de mesa: “É uma imagem da Santa Rita”, explica aos repórteres: “Fiz a primeira comunhão na igreja dela”.

A conversa precisou ser acompanhada pela agente socioeducativa Eliane Herrmann e pela estudante de jornalismo Jeniffer Mello, que faz estágio na Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE). Afinal de contas, o garoto está cumprindo medida socioeducativa junto à Fundação. Após saber o assunto da reportagem – redução da maioridade penal –, ele é definitivo ao dizer que, se fosse colocado no Presídio Central de Porto Alegre quando cometeu o primeiro delito, aos 15 anos de idade, um assalto, possivelmente sua história haveria de ser outra. O crime organizado o teria cooptado de forma irreversível ou trágica.

Foi preso novamente antes de completar 18 anos por tráfico de drogas, por isso agora, aos 19, ainda responde dentro do sistema da FASE. Durante a conversa com os jornalistas, as respostas vêm de forma imediata, ainda que carregadas de reticências, especialmente quando fala de sua expectativa futura. “Lá fora é diferente, é complicado”, conta, acrescentando que no lugar em que mora é difícil, há “muita guerra”, e que, pra ele ter alguma chance de mudança, o único caminho é sair de Porto Alegre. Brad Pitt sorri e fala de forma menos tensa apenas quando lhe pergunto se tem namorada: “Sim”, responde, acomodando-se melhor na cadeira.

No dia 8 de abril deste ano foi instalada a comissão especial que analisará a Proposta de Emenda à Constituição (PEC-171/93) que reduz de 18 para 16 anos a maioridade penal. O texto em discussão altera o Artigo 228 da Constituição para

determinar que “são penalmente inimputáveis os menores de 16 anos”. Isso significa que todo jovem, a partir dessa idade, ficaria sujeito à legislação penal e não mais ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Presidida pelo deputado André Moura (PSC-SE), a comissão tem 74% de seus 43 membros (27 titulares e 16 suplentes) favoráveis à redução.

Aprovada a PEC-171/93, meninos e meninas mais jovens que Brad Pitt passarão a cumprir pena no sistema carcerário destinado aos adultos. Atualmente, conforme prevê a Carta Magna, os adolescentes entre 12 e 18 anos praticantes de atos infracionais cumprem medidas socioeducativas.

A preocupação com o desdobramento da questão não é de agora. Em 2009, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), realizou o estudo *Por que dizer não à redução da maioridade penal*. De acordo com o levantamento, dos 53 países abrangidos pelo relatório, pelo menos 42 adotam a mesma idade que o Brasil como limite para a responsabilidade criminal de seus cidadãos. Ou seja, 79% das nações analisadas pela Unicef têm 18 anos como maioridade penal. Dados como esse, entretanto, que ponderam contrariamente à redução da maioridade penal, ganham menos espaço na grande mídia, em comparação ao destaque dado aos argumentos favoráveis à PEC-171.

Demagogia, ignorância ou má-fé foi como os cinco especialistas convidados pelo JU para conversar sobre o tema da maioridade penal classificaram as alegações que defendem a prisão de jovens em cadeias para adultos a partir dos 16 anos. “É uma irresponsabilidade prometer à sociedade uma redução da violência, quando, na verdade, estamos falando de uma proposta que levará a mais violência”, resume Ana Paula Motta Costa, advogada e professora da Faculdade de Direito, ex-presidente da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE-RS/2002) e autora dos livros: *As garantias processuais e o Direito Penal Juvenil* (2005) e *Os adolescentes*

e seus direitos fundamentais (2011).

“Se eu tivesse que pensar uma receita infalível para aumentar a violência no Brasil, reduziria a maioridade penal. Acho que nós vamos nos arrepender muitíssimo se for aprovada a diminuição da maioridade penal”, adverte o jornalista e sociólogo Marcos Rolim, que também atua como docente da Cátedra de Direitos Humanos no Centro Universitário Metodista-IPA, tendo defendido em 2014 sua tese de doutorado com o título *A formação de jovens violentos*.

“Eu não quero que o meu filho, aos 16 anos, tenha 18 anos, porque ele precisa viver esses 16 anos. Quando falamos disso, a sociedade acorda um pouco, porque percebe que pode ser com o filho dela”, argumentou o deputado Pompeu de Mattos (PDT), o único dos políticos convidados que encontrou tempo em sua agenda para comparecer ao painel. Sua presença no encontro contribuiu para que a discussão tivesse um viés mais pragmático.

Até por isso, a observação do promotor Júlio Almeida, da 8.ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude: “Existe um pano de fundo nessa história que, basicamente, é a questão da operação Lava Jato. Esse momento foi muito oportuno para ressurgir essa polêmica de interesse pelo clamor público nacional”. Júlio atua diretamente com casos envolvendo adolescentes que cumprem medidas socioeducativas na FASE.

Carmem Craidy, professora aposentada da UFRGS, é membro do Conselho Estadual de Educação. Há 17 anos, participa do programa desenvolvido na Universidade que acolhe menores infratores: “O que se consegue com esses meninos nesse tempo, por meio de um trabalho pedagógico de diálogo, é extraordinário! Já tivemos 1.400 meninos passando por aqui e nunca houve um ato de violência na universidade”. Coerente com essa visão, o Conselho Universitário da UFRGS aprovou moção de repúdio à proposta de mudança da maioridade penal em sessão realizada no último dia 24 de abril.



Marcos Rolim



Carmem Craidy



Júlio Almeida

Desinformação perigosa

Segunda-feira, 13 de maio, 16h. Carmem Craidy é a primeira a chegar. Surpresa: no sábado anterior, em conversa ao telefone com a reportagem do JU, ela havia lamentado não poder participar da atividade proposta pelo Jornal, pois estaria em reunião no Conselho Estadual de Educação. A urgência da discussão do tema, contudo, levou a professora a mudar sua agenda, justifica ao entrar.

Na sequência, chegam os demais convidados: a advogada e socióloga Ana Paula Motta Costa, o promotor Júlio Almeida, da 8.ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude, o jornalista e sociólogo Marcos Rolim e o deputado do PDT Pompeo de Mattos, também causando surpresa quando irrompe pela sala contígua ao gabinete do reitor, no sexto andar da reitoria, já que, até o início da tarde, sua assessoria não havia confirmado a sua presença.

Originalmente idealizada como um debate, a atividade foi transformada em um painel sobre o tema, devido às recorrentes negativas por parte

dos políticos favoráveis à redução da maioridade penal em participar do encontro. Foram contatados os deputados Giovani Cherini (PDT) e Onix Lorenzoni (DEM), a senadora Ana Amélia Lemos (PP) e o ex-governador Germano Rigotto (PMDB). Todos alegaram problemas de agenda.

“É uma questão de responsabilidade para com o assunto”, afirma Ana Paula ao comentar sobre os ausentes: “Por que a gente sai de uma reunião para outra?”, questiona. “Porque há muito tempo se trabalha com esse tema e temos uma responsabilidade para com ele”, responde, em tom crítico, e acrescenta: “Não é só uma questão de dar a sua opinião, mas de ser responsável quanto à consequência do que é dito”.

Seguindo a ordem em que estão sentados à mesa, cada um dos painelistas começa expondo seu ponto de vista sobre a proposta de redução da maioridade penal em análise na Câmara Federal. Os argumentos refletem a experiência de cada um, mas há unanimidade quanto às consequências perigosas da falta de informação.

Marcos Rolim

Eu não só sou contra a redução da maioridade como também sou a favor de aumentar a idade penal. É preciso que as pessoas tenham presente – para que não sejam enganadas pela desinformação e pela manipulação – que os adolescentes infratores são responsabilizados por seus atos pela legislação brasileira inclusive com medidas socioeducativas de privação da liberdade. O nome é bonito, mas significa cadeia. O Brasil é uma das poucas nações do mundo que encarcera pessoas a partir dos 12 anos, ao contrário do que diz o senso comum. Tem gente que alega existirem países na Europa em que a idade penal é 14 anos. Não é exatamente isso, em cada país há duas idades de responsabilização: uma penal e outra infracional. Aqui, a idade penal é 18 anos e a infracional, 12 anos. Na França, na Itália e na Alemanha a idade infracional é 14 anos. Claro, há exceções! Nos Estados Unidos, a idade penal é 10 anos. Lá condenam crianças, e condenam à pena de morte. É uma vergonha! É a única nação, ao lado da Somália, que se recusou a assinar a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (1990). Não podemos, então, tomar os Estados Unidos como paradigma nessa área. Para mim, o tema central é: se reduzirmos a idade penal, a única mudança que promoveremos é que os jovens que hoje praticam atos infracionais em lugar de serem encaminhados ao sistema Febem, que são as Fundações de Aten-

dimento Socioeducativo (Fases) no Rio Grande do Sul, serão encaminhados ao presídio. Ou seja, em vez de aulas obrigatórias na Fase, serão formados pela gangue dos ‘Bala na cara’.

Carmem Craidy

Sou absolutamente contra a redução da maioridade penal e, assim como o Rolim, defendo a elevação da idade. O que estão propondo é inconstitucional. Quando o Brasil assinou a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, comprometeu-se constitucionalmente. Do ponto de vista social, a redução é uma catástrofe que aumentará a violência, além de ser injusta, porque nós temos menos de 1%, talvez 0,5%, dos homicídios no Brasil cometidos por adolescentes. Não obstante, 70% dos jovens que morrem no país, entre 14 e 25 anos, são vítimas de causas externas: homicídios (38%), acidentes de trânsito e suicídios. Isso é um absurdo! Se analisarmos o mapa da violência publicado pela Unesco em 2013, que mostra tanto a violência juvenil praticada quanto a sofrida, verificamos que ela cresce exponencialmente depois dos 21 anos, ou seja, quando eles já não têm mais nenhum sistema de proteção social. Logo, se queremos diminuir a violência social e dar mais chance aos adolescentes, temos de elevar a imputabilidade para 21 anos. Se a imputação da responsabilidade penal fosse inibidora do crime, ele não aumentaria

É preciso mudar o ECA

Marcos Rolim

Concordo com a ideia de revisar o ECA, aumentando o limite para perfis agravados. Agora, essa história de deixar para juiz decidir de acordo com o processo... Não entrem nessa! A experiência brasileira nesse caso é a pior possível. É uma escola de injustiça, de arbitrariedade absurda. Tem de ter critérios objetivos. Aprovamos uma legislação de drogas que não estabeleceu a quantidade de droga na apreensão, então tu não sabes se é tráfico ou se é consumo. Quem resolve? As circunstâncias. Aí acontecem casos como o ocorrido recentemente em Porto Alegre, quando pegaram um menino de classe média com dois quilos de cocaína e foi considerado consumo. Mas se pegam um guri de periferia com 100g de maconha, é tráfico. É isso que dá.

Carmem Craidy

Morro de medo dessa proposta da penalidade por idade, que seria uma mudança no Estatuto. Atualmente é muito raro um menino de 12 anos ser preso, e normalmente ele cumpre a medida socioeducativa. Ora, para um adolescente, três anos é muito tempo, e dificilmente você conseguirá fazer, em termos de recuperação, alguma coisa a mais que não foi feita em três anos. Nós temos um programa há 17 anos na UFRGS em que recebemos meninos em prestação de serviço à comunidade, mas alguns têm perfil bem agravado. O que se consegue com esses meninos nesse tempo, por meio de um trabalho pedagógico de diálogo, é extraordinário! Eles saem daqui e vão para a Fase, e lá é mais difícil o comportamento. Pela nossa experiência, a tendência atual do Judiciário é penalizar os jovens mais do que o adulto. Já vi muito

menino ficar preso por não ter para onde ir porque está ameaçado na sua região, ficando indefinidamente na Fase. Isso é injusto. Se forem fazer alguma reforma do ECA, é na proporcionalidade que precisam mexer. Hoje, como não há proporcionalidade, fica dependente da vontade do juiz, e os critérios variam conforme a cabeça de cada um. Ou seja, não tem de ser o juiz quem decide, tem de estar definido. Agora, sou absolutamente contra aumentar o tempo de permanência na prisão, porque vai resultar em agravamento.

Ana Paula Motta Costa

O ECA tem um problema básico, que é a falta de previsão de um parâmetro, ou seja, há uma previsão de que o sujeito responda pelos crimes ou contravenções previstos no Código Penal e um sistema de medidas

socioeducativas em aberto. O juiz que dispõe sobre os critérios para tem indicadores objetivos. Outros, como o Chile, previram crimes do tipo: só cabe internação para quem cometer crimes contra a pessoa que estão tipificados no Código Penal de uma forma mais simples, precisa ser modificado no Estatuto, precisa ser modificado no Estatuto, precisa ser modificado no Estatuto, precisa ser modificado no Estatuto. Há uma violência institucional com superlotação de jovens, inclusive depois dos 21 anos, que permanecem dentro



Ana Paula Motta Costa



Pompeo de Mattos

enormemente depois. Do ponto de vista educacional também é um absurdo, porque a Constituição não apenas diz que é inimputável até os 18 anos, como também é dito que a família, a sociedade e o Estado são responsáveis pela educação das novas gerações. Ora, os adolescentes não estão tendo todo o direito à educação no cenário atual – a escolaridade média dos privados de liberdade da Fase é a quinta série. Se analisarmos o perfil desses meninos e dos que praticam ato infracional, a quase totalidade teve seus direitos fundamentais desrespeitados: educação, saúde, família, tudo! Existe ainda um argumento escolar que ninguém avaliou e que precisa ser considerado: no Brasil, o ensino é obrigatório até os 17 anos, isto é, até o jovem completar 18 anos, segundo a emenda 59 da Constituição. Como os presídios vão garantir esse direito constitucional? Essa proposta é uma aberração total que só se justifica pela demagogia, pela ignorância ou pela má-fé.

Júlio Almeida

O meu posicionamento é o mesmo do Ministério Público em sua instância autorizada a falar, que é o Conselho de Promotores e Procuradores de Justiça na área de Infância e Juventude, que represento. Institucionalmente, o MP é contrário à redução da maioridade penal, com algumas flexibilizações no nível infraconstitucional, como, por exemplo, o tempo de duração da medida em determinados

casos. Hoje se fala muito na questão do discernimento: se o indivíduo pode votar, ele então pode fazer tal coisa... São aspectos totalmente diferentes, até porque no Brasil, como disse o deputado Rolim, a interpretação do discernimento do cidadão brasileiro retroage aos 12 anos. Pela legislação federal, nessa idade o cidadão brasileiro tem discernimento para fazer o que faz, e a graduação das medidas vem em função da situação pessoal em relação ao ato infracional. O que precisamos, senhor deputado [volta-se a Pompeu, sentado ao seu lado], são soluções mais inteligentes e eficazes do que a simples redução da maioridade. Como, por exemplo, a responsabilização penal muito mais severa do que hoje ao adulto que comete crime na companhia de ou em coautoria com criança ou adolescente. Isso seria um grande avanço. Esse debate é extremamente oportuno, e devemos fazê-lo em um nível não apenas teórico, mas prioritariamente prático. A realidade mostra que, se eu colocar um guri de 16 anos dentro do sistema penitenciário, estarei condenando não ele, mas a sociedade, a ter mais um refém do crime organizado. Estarei cometendo um crime contra a própria sociedade.

Ana Paula Motta Costa

Minha discordância é veemente contra a redução. Essa proposta nos leva a mais violência. As pesquisas na área criminal no Brasil e sobre as

ciências criminais no resto do mundo apontam que um presídio acaba se constituindo um espaço de aculturação, de fortalecimento de uma identidade criminal e de reprodução da violência. Não que uma instituição socioeducativa não tenha características de aculturação e de vinculação à violência, mas o espaço nessas instituições é menor, e há investimento nas pessoas. Num sistema prisional adulto, os números são elevados, a população carcerária é imensa e a impossibilidade de intervenção do Estado para a reconstrução de um projeto de vida do sujeito é evidentemente menor. Por isso é uma irresponsabilidade prometer à sociedade uma redução da violência, quando, na verdade, estamos falando de uma proposta que levará a mais violência. Outro aspecto que destaco é que a nossa Constituição Federal tem como princípios orientadores a dignidade da pessoa humana e a igualdade. Quando estudamos Direito, aprendemos que a igualdade pressupõe equidade: tratamento diferente a quem é diferente. Não quer dizer um tratamento sem responsabilidade ou sem uma intervenção punitiva sobre esse sujeito; quer dizer que a responsabilidade desse sujeito e a intervenção punitiva sobre ele serão de acordo com a sua diferença e a sua faixa etária. A adolescência é uma fase peculiar porque o sujeito está buscando encontrar a própria identidade, e a afirmação de uma identidade negativa, como a criminalidade, só o irá levar a uma identidade negativa na idade

adulto. Foi essa diferença que a Constituição previu: uma diferença de tratamento conforme a peculiaridade desse sujeito, a idade em que ele se encontra.

Pompeo de Mattos

Quero fazer uma advertência para nós, especialmente pra mim: o apelo social para a redução da maioridade leva a uma reação política, inclusive na eleição de pessoas. E, se não dermos uma resposta equilibrada, a tendência é piorar. No meu partido, o PDT, por exemplo, existe divergência de posicionamento, mas nós estamos unificando uma posição contrária à redução. Penso que existem dois fatos relevantes nesse tema. Em primeiro lugar, eu não quero que o meu filho, aos 16 anos, tenha 18, porque ele precisa viver esses 16 anos. Quando falamos disso, a sociedade acorda um pouco, porque percebe que pode ser com o filho dela. Em segundo, os menores infratores em conflito com a lei não chegam a 1%, e aqueles envolvidos em crimes mais graves não atingem 0,5%. Então, por que reduzir a maioridade penal de 100 por causa de um? Como a professora disse: tu tens de tratar os desiguais desigualmente. Uma das coisas que precisamos fazer é mudar o ECA para que o período de internação seja um pouco maior e para que, a partir dos autos do processo, o promotor ou o juiz possa examinar a conduta desse menor e as circunstâncias do caso. Mas só diminuir a maioridade penal não é solução.

Não dá nada?

Rolim

Atualmente, temos cerca de 20 mil jovens presos no Brasil em medida socioeducativa de privação de liberdade, e mil no Rio Grande do Sul nessa circunstância. Então, a ideia de que com o adolescente não acontece nada é desinformação ou má-fé.

Ana Paula

Esse é outro argumento bem presente nas falas das pessoas quando começam a debater o tema: de que estamos falando de um público que não responde pelos seus atos, de que a lei estaria isentando o sujeito de responsabilidade. Em primeiro lugar, não é isso o que está acontecendo. Os adolescentes estão respondendo desde os 12 anos por seus atos, e eles respondem mais que os adultos, inclusive. O sistema

socioeducativo faz com que esses jovens respondam com mais agilidade, e eles são privados de liberdade provisoriamente com mais rapidez que os adultos. Quando um adolescente recebe uma condenação, uma medida socioeducativa de internação, ele permanece internado enquanto tenta recorrer. Por outro lado, se o adulto é réu primário, ele responde ao processo em liberdade. Na medida em que ele for condenado – e o processo demora mais tempo do que no caso dos adolescentes –, ele vai permanecer em liberdade, recorrendo até o último grau de jurisdição. Isso caracteriza uma situação esdrúxula! E não é um fato isolado, é o cotidiano do sistema.

Júlio

Vou falar só sobre o discurso social. Hoje, um adulto

que tenha praticado um assalto e receba a pena de 5 anos vai ficar 8 meses preso. O adolescente ficará mais tempo, um ano, um ano e pouco. O adolescente que tenha cometido um homicídio simples – se bem que é raro acontecer – vai ficar de um ano e meio a dois anos. O adulto fica só um. Atualmente, em Porto Alegre, temos cerca de cinco mil presos adultos e 610 adolescentes internados. Isso significa que prendemos – porque é prisão! – muito mais adolescentes do que adultos. Então, na verdade, esse discurso de que *não dá nada* não é verdadeiro, e isso deve ser aclarado para a sociedade e para os congressistas: não é verdade que não dá nada. Agora, eu sou favorável ao aumento do tempo de cumprimento de medida para determinados atos infracionais.

z, salvo o artigo 122, a a internação, não países da América térios mais concretos adolescentes que da ou crimes de capítulo tal do objetiva, etc. Isso, tatuto, no sentido de anos, mas não para e isso não vai resolver educativo não tem ais um adolescente. tidiana praticada pela na faixa dos 18 aos o do sistema.



Falta uma política de segurança pública

Ana Paula

Punição é uma resposta e não sinônimo de referencial de limites. O sujeito tem direito a referenciais claros de limites. A punição não é a única resposta que se tem para conflitos; existem vários estudos mostrando alternativas não punitivas para conflitos sociais, e nós temos de pensar sobre elas também. Além disso, quando se está dizendo que o que essa pessoa precisa é de punição, talvez se esteja querendo dizer que precisa de referenciais de limites, e não de punição necessariamente. Eu costumo usar a figura de um rio: o adolescente é como um rio que precisa de margem, que é a presença do adulto. Adulto tem de ser margem, não podemos abrir mão da presença, de estar sempre do lado, de fazer as voltas que o rio dá na sociedade atual. E temos de pensar que esse rio tem de correr para frente, tem de ter um caminho para correr. E presença envolve coerência. Que sociedade é essa que quer punir seus jovens?

Júlio

O sistema punitivo adulto, que é quase só punição, não deu certo. O sistema educativo, que também lança mão da punição, e é uma punição bastante severa, precisa ser mais bem preparado no sentido da socioeducação, com o reconhecimento de que essa árvore pode ser endireitada.

Rolim

É muito importante que o Brasil invista numa cultura de valores que trate a vida como um bem sagrado, como um limite que não deve ser ultrapassado. Matar alguém é algo extremamente inaceitável, que não pode nunca estar dentro das considerações. Os adolescentes no Brasil não têm essa cultura. Aliás, o país não tem. Estamos tratando de um problema que está sendo motivado muito pela ausência de uma política efetiva de segurança pública. É em cima de um deserto que as ideias mais conservadoras avançam. Nós não temos uma política de segurança pública, não temos diagnóstico sobre crime e violência, não sabemos o que fazer com relação à violência ou ao tráfico de drogas. E nos recusamos, inclusive, a discutir a questão da liberalização das drogas, que é um tema central. Se for para discutir a violência, vamos discutir a questão das drogas, que é uma reforma fundamental hoje no Brasil. O grande tema é o tráfico que mata muito mais que a soma de todas as drogas juntas. E a bucha de canhão são os meninos da periferia. São eles que matam e são mortos!

Craidy

Convivendo com os jovens, vemos que há uma banalização da vida. Eles são vinculados à morte. Isso ocorre porque eles não têm razões para valorizar a vida, mas temos de recriar esse laço. Uma juventude vinculada à morte é uma coisa terrível.

Rolim

Para o meu trabalho de doutorado, entrevistei um menino (16 anos de idade) da Febem de São Paulo em 2000. Ele tatuou no braço uma frase: "Por que o medo se o futuro é a morte?". Isso sintetiza o problema.

Craidy

Temos uma frase na nossa sala na Faculdade de Educação que foi dita por um dos meninos ao final da medida socioeducativa. Perguntamos o que ele achava que precisaríamos mudar no nosso programa de prestação de serviço à comunidade? Ele disse: "Não tem que mudar nada, porque aqui as pessoas se preocupam com o adolescente e fazem as coisas por amor. E quando tem amor não tem que mudar nada".

Por que agora?

Pompeo

O tema da maioridade penal sempre esteve em pauta na Câmara dos Deputados. Só que agora a questão se intensificou na mídia. Mas não acho que exista um clamor, isso é exagero! Há, sim, um apelo por conta da cobertura da mídia: a dimensão é maior quando acontece um crime que envolva um menor. Além disso, temos de considerar a quantidade de delegados, policiais civis e militares eleitos no último pleito. Esse pessoal tem uma visão que não podemos desconhecer! Outro aspecto é que o próprio presidente da Câmara está dando uma dinâmica bem diferente a todos esses processos que estavam parados. É reforma disso, reforma daquilo... A questão é equilibrar, chamar à responsabilidade e à racionalidade, mas não na linha deles nem na linha "está bem assim, não há nada que modificar". Eu diria que não está bem, e aí a racionalidade, as pessoas inteligentes e especialmente o mundo acadêmico – por isso fiz questão de estar aqui – têm uma responsabilidade maior. O mundo político é mais suscetível para o bem e para o mal.

Craidy

Não sou parlamentar, falo do lugar da educadora. Eu trabalho com esse público há muitos anos e equilibrar, para mim, é dar uma resposta adequada ao problema. Agora, por que isso está saindo da gaveta nesse momento? Porque nós temos o Congresso mais conservador que se elegeu no Brasil, explorando demagogicamente uma insegurança social, decorrente de uma

crise econômica e de civilização nacional e mundial muito séria. É o caldo propício para medidas repressoras, e o Congresso está tirando da gaveta tudo que é projeto de retrocesso que havia lá. A meu ver, buscar o equilíbrio é fazer frente a isso. É buscar uma medida de justiça. Nós até poderemos perder, mas perderemos dizendo o que é verdade, o que é importante, e poderemos mais tarde recuperar. Agora, compactuar com esse tipo de gente, com esse tipo de proposta, pra mim não serve.

Rolim

Ao longo da história do Congresso Nacional, do Parlamento brasileiro, sempre tivemos um fenômeno que é um grupo de lideranças políticas de vários partidos por conta de certa qualificação, de certa responsabilidade. E havia o chamado segundo escalão ou baixo clero, formado por parlamentares sem influência nem importância. Uma figuração que fala para a sua base eleitoral, mas não decide nada. O que mudou foi que o baixo clero está no poder, porque as direções partidárias foram desconstituídas pela crise política, pela desmoralização do PT, pelo fato de a esquerda não ser mais esquerda. Na frente parlamentar pró-redução da maioridade penal há quatro deputados federais do PT e três do PCdoB. Passou o tempo em que a 'direita' estava nessa história. O Congresso é mais conservador? Sim, mas o fenômeno é muito pior que isso. Tu não identificas mais quem é progressista. O problema não é média, é fazer política. Temos uma

proposta de reduzir para 16 anos, e tem maioria na Câmara. Como enfrente essa proposta, como a desconstituo? Ser responsável é pensar nisso, não é ficar defendendo um princípio abstrato. Quero derrotar essa posição que quer reduzir a maioridade penal. Como derrote essa posição? O que importa é dialogar com uma base do outro lado. Se eu disser o seguinte: 'aumentem o tempo de internação para um perfil agravado', o que é que vai mudar? Não, não vai mudar nada, fundamentalmente, mas eu altero uma proposta no discurso público.

Júlio

Tudo bem, é mais conservador, mas existe um momento político propício à liderança no Congresso Nacional para fazer uma cortina de fumaça em cima das operações da Polícia Federal, como a Lava Jato. Com a ascensão do presidente da Câmara, foi muito conveniente vir esse estouro para tirar o foco do que está acontecendo sob o clamor popular. Chamem de clamor, chamem de tendência, chamem do que for. Nós vivemos um sentimento de basta. Se não consigo fazer a vingança privada, vou para a vingança pública, usando o Estado, por isso reduzo a maioridade penal. Hoje eu sou visto pelos meus amigos como promotor da infância defensor de bandido. Entendo que, quando a Constituição determina que o Estado invista naquele adolescente como alguém que tem chance de mudar, é a minha chance para não ter um bandido máster, ofendendo a mim, à minha família e à sociedade. É uma questão pragmática.